

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAMILA FADEL TIROLI

A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA FACE À ASCENSÃO
CHINESA: UMA ABORDAGEM DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

Florianópolis, 2014

CAMILA FADEL TIROLI

A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA FACE À ASCENSÃO
CHINESA: UMA ABORDAGEM DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

Monografia submetida ao Curso de
Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito obrigatório para a obtenção
do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Florianópolis, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **9,5** à aluna CAMILA FADEL TIROLI na disciplina CNM7280 - MONOGRAFIA, pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Prof. Dr. Arlei Luiz Faschinello

Prof. Saulo de Castro Lima

Florianópolis, 2014

*Dedico este trabalho à minha família,
pelo apoio incondicional às minhas
escolhas, e ao Felipe, pelo inestimável
companheirismo.*

AGRADECIMENTOS

Obrigado me parece ser uma palavra costumeira. Todavia, é imprescindível. Não poderia deixar de usá-la para gratificar aqueles que sempre estiveram, e sempre estarão, ao meu lado.

À minha mãe Edna, obrigada pelas gostosas conversas com direito a colo. Pelo apoio incondicional ao meu caminho de luta e de sonhos. Por me presentear com um sorriso parecido ao seu. Ao meu pai Fernando, obrigada pelos conselhos, ainda que pontuais. Pelos abraços inundados de lágrimas a cada partida, e de sorrisos a cada chegada. Pela luta diária em prol da família.

Aos meus avós Waldomiro, Ana, José e Jandira, obrigada por serem minha base, meu âmago. Carrego em mim, indubitavelmente, um traço de cada um. À minha tia e madrinha Cyntia, obrigada por ser minha segunda mãe.

Amigos, companheiros da minha vida! Agradeço em especial à Priscila, Stela, Cecília, Nalu, Raíssa, Gabriella, Laís, e ao Bruno. À vocês meu obrigada por compartilharmos momentos felizes e tristes. Por enfrentarmos ziguezagues da universidade e da vida, firmes e fortes. Pelos empurrões e freios.

Indubitavelmente, também não poderia deixar de registrar o meu imenso agradecimento aos mestres do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, que sempre se doaram à minha turma, buscando transmitir, na íntegra, seus valiosos ensinamentos. Agradeço, em especial, ao orientador deste trabalho, professor Hoyêdo Nunes Lins, pelo apoio e pela confiança depositada em mim.

*La solución no está en crecer a expensas del comercio exterior,
sino de saber extraer, de un comercio exterior cada vez más grande,
los elementos propulsores del desarrollo económico.*

RAÚL PRESBICH

*Assim como não poderá haver o Século do Pacífico sem a China, não poderá haver o
século da América Latina sem o Brasil.*

DENG XIAOPING

RESUMO

Em meio a um cenário internacional de alta competitividade, Brasil e China se posicionam como países de anseios similares de desenvolvimento. Em 2014, as relações diplomáticas entre os países completarão 40 anos, após seu reatamento em 1974. Nas últimas décadas, as interações entre eles caminharam a um patamar estratégico, sendo imprescindível analisar os pormenores envolvidos no âmbito destas. Este trabalho busca estudar, pois, a evolução das relações institucionais entre eles; as características quantitativas e qualitativas dos fluxos comerciais bilaterais e, por fim, as oportunidades e adversidades dos vínculos estabelecidos, do ponto de vista do Brasil. É também realizado um estudo de caso acerca de iniciativas empresariais geradoras de complementariedade nas relações produtivas entre o Brasil e a China, no marco da formação de uma cadeia global de suprimentos da empresa brasileira Intelbras SA.

Palavras-Chave: Competitividade, Relações bilaterais, Comércio Internacional, Intelbras, Cadeia Global de Suprimentos.

ABSTRACT

Players in a competitive international scenery, Brazil and China take place as countries with similar development ambitions. In 2014, the bilateral relations between these nations will complete 40 years, after its re-establishment in 1974. In the last decades, the interactions between them walked towards a strategic level, thus it is necessary to analyze the details involved on its essence. This work seeks to study, then, the evolution of the institutional relations between them; the quantitative and qualitative features of the bilateral trade and, finally, the opportunities and adversities that follow the established bonds, from the Brazilian perspective. It is also realized a case study concerning an entrepreneurial initiative - on the core of the global supply chain of the Brazilian enterprise Intelbras SA - which generate complementarity to the productive relations between Brazil and China.

Key words: Competitiveness, Bilateral Relations, International Trade, Intelbras, Global Supply Chain.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução dos Investimentos Direitos Externos por setor, no Brasil, a partir de 1990

Figura 2 – Investimento Direto Externo no Brasil, por setor, de 2002 a 2006

Figura 3 – Produto Interno Bruto per capita na China, 2012, em escala de mil dólares americanos

Figura 4 – Crescimento do Produto Interno Bruto, em percentual, e Produto Interno Bruto per capita, em dólares, do Brasil e da China, de 1994 a 2013

Figura 5 - Exportações, Importações e Fluxo Total de Comércio com a China, da perspectiva brasileira, de 1994 a 2013

Figura 6 - Evolução das principais trocas comerciais, da perspectiva brasileira, de 2002 a 2013

Figura 7 – Principais exportações brasileiras para a China, em 2013

Figura 8 – Principais importações brasileiras da China, em 2013

Figura 9 – Câmbio Yuan/Real, de 2002 a 2014

Figura 10 – Projetos de Investimento chineses no Brasil, por modo de ingresso, janeiro de 2007 a junho de 2012

Figura 11 – Projetos de Investimento por setor da Economia – janeiro de 2007 a junho de 2012

Figura 12 – Brasil: participação dos produtos industrializados (NCMs 84 a 94) nas exportações totais - 1997 a 2013

Figura 13 - Exportações brasileiras para o mundo, em bilhões de dólares - 1997 a 2013

Figura 14 - Exportações brasileiras para a China, em milhões de dólares - 1997 a 2013

Figura 15 – Exportações brasileiras para a América Latina, em milhões de dólares - 1997 a 2013

Figura 16 – Evolução do preço do minério de ferro, de 2004 a 2014, em dólares por tonelada métrica seca

Figura 17 - Evolução do preço da soja, de 2004 a 2014, em dólares por tonelada

Figura 18 - Evolução do preço das Matérias Primas Agrícolas, de 2004 a 2014, em dólares por tonelada

Figura 19 - Evolução do preço dos Metais, de 2004 a 2014, em dólares por tonelada

Figura 20 – Proporção das exportações do Brasil e da China para a América do Sul, de 2002 a 2013

Figura 21 – Exportações do Brasil e da China aos Estados Unidos, de 2002 a 2013, em Bilhões de dólares

Figura 22 – Destinos das exportações da Intelbras

Figura 23 – Representatividade dos produtos importados nas exportações da Intelbras, de 2007 a 2013, em milhares de dólares

Figura 24 – Participação dos produtos importados da China nas exportações da Intelbras por país de destino - 2007 a 2013

Figura 25 - Taxa de aprovação das inspeções de lotes dos produtos importados do parceiro X, em %, de março de 2013 a maio de 2014

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimento Externo Direto no Brasil, de 1990 a 2009, por atividade econômica, em milhares de dólares

Tabela 2 – Investimentos Diretos Externos na China e em Hong Kong, de 2007 a 2012, em milhões de dólares

Tabela 3 – Principais parceiros comerciais brasileiros por valor do comércio, e sua participação com relação ao total, em dólares, 2012

Tabela 4 - Principais parceiros comerciais chineses por valor do comércio, e sua participação com relação ao total, em dólares, 2012

Tabela 5 – Proporção do valor das exportações chinesas em relação ao das brasileiras para a Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, em 2002 e 2013

Tabela 6 –Volume de negócios da Intelbras com o fornecedor X, de 2010 a 2013

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
1.2 OBJETIVOS.....	3
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	3
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	3
1.3 JUSTIFICATIVA.....	3
1.4 METODOLOGIA.....	4
2. AS INSERÇÕES EXTERNAS DA CHINA E DO BRASIL: TRAJETÓRIAS COMPARADAS	6
2.1 A INSERÇÃO EXTERNA BRASILEIRA.....	6
2.1 FUNDAMENTOS DA ASCENSÃO CHINESA.....	13
3. EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS INTERAÇÕES POLÍTICAS E COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA.....	24
3.1 UMA BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE AS INTERAÇÕES POLÍTICO- INSTITUCIONAIS.....	24
3.2 BALANÇA COMERCIAL E INVESTIMENTOS.....	28
4 AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: AMEAÇA OU OPORTUNIDADE?.....	42
4.1 A ASSIMETRIA DAS PAUTAS EXPORTADORAS E A PRESENÇA DA CHINA EM MERCADOS BRASILEIROS.....	42
4.2 ILUSTRAÇÃO DE INTERAÇÃO VIRTUOSA NAS RELAÇÕES INDUSTRIAIS BRASIL-CHINA: A CADEIA GLOBAL DE SUPRIMENTOS DA INTELBRAS S.A....	53
4.2.1 A INTELBRAS E A CHINA.....	54
4.2.2 O DESENVOLVIMENTO DE UM PARCEIRO CHINÊS.....	63

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS	i
Anexo 1: Tabela das importações brasileiras da China, e exportações brasileiras para a China - 1994 a 2013.....	i
Anexo 2: Tabela das famílias de NCMs consideradas como produtos industrializados neste trabalho	ii

1 INTRODUÇÃO

No presente século, vivencia-se um eixo de poder sino-americano), no qual a China constitui-se como um dos maiores centros de poder, além de representar um enorme mercado consumidor, com grande destaque igualmente em termos de tecnologia e capital para investimento. Por sua vez, o Brasil é rico em recursos naturais e o país mais proeminente da América do Sul. São países distantes em termos de cultura e de organização política, mas o fluxo de comércio entre eles cresce com celeridade. Além disso, possuem anseios similares de desenvolvimento econômico, e são países integrantes dos BRICS¹ - grupo de nações emergentes composto por Brasil, Rússia, Índia, China e mais recentemente África do Sul.

É sabido que o Brasil almeja alcançar um nível satisfatório de desenvolvimento econômico e mais poder no Sistema Internacional. Tal trajetória poderia ser estimulada, dentre outros fatores, por uma relação sólida com a China, uma parceria salutar rumo ao desenvolvimento econômico de ambos os países. Uma situação assim caracterizada implicaria a presença de importantes complementaridades entre as pautas exportadoras, no marco de uma relação do tipo ganha-ganha.

Em meio a um cenário de alta competitividade internacional, Brasil e China se apresentam como dois atores em destaque. Percebe-se que as interações políticas e comerciais entre estes países vêm crescendo nos últimos anos, merecendo por conta disso uma adequada atenção. Um dos pilares de superação da crise financeira de 2008, para o Brasil, foi justamente a alta nas exportações de *commodities* alavancadas pela crescente demanda chinesa, quando o fluxo se intensificou de modo significativo. Mas, se por um lado o Brasil passou pela crise sem grandes turbulências, por outro aprofundou a dependência da sua pauta exportadora em relação a esse tipo de produto e ao mercado chinês, conforme será demonstrado neste trabalho.

Com efeito, como observado por Acioly et al. (2011), a dinâmica das exportações brasileiras tem sido cada vez mais prejudicada em virtude da especialização regressiva da estrutura industrial, em grande parte causada pelo aumento das importações chinesas de

¹ BRICS: sigla utilizada pelo economista do Goldman Sachs Jim O'Neill em 2001, em estudo intitulado "*Building Better Global Economic BRICs*", para designar um grupo de países emergentes, a saber: Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente englobada, África do Sul (2011).. Na ocasião a sigla não representava qualquer União Formal entre estes países, mas estes realizam Cúpulas Anuais desde 2009.

² De acordo com estimativa do US Census Bureau, International Data: China. Disponível em: <http://www.census.gov/population/international/data/idb/region.php?N=%20Results%20&T=13&A=separate&R>

commodities. Ademais, o “efeito china” tem gerado pressão competitiva no parque industrial brasileiro e perda de exportações de produtos com maior densidade tecnológica para terceiros mercados, como Europa, América Latina e Estados Unidos. A presença da China na América Latina, em especial, vem crescendo gradualmente, haja vista que o continente representa poderosa fonte de recursos naturais e mercado consumidor para o primeiro. Sendo assim, é mister que o Brasil se posicione como principal articulador da região, frente à presença chinesa, de forma a impedir um possível retrocesso no nível de integração regional até então logrado.

As relações políticas e institucionais entre os dois países também se intensificaram nos últimos anos, assumindo a forma de cooperação “Sul-Sul”. Porém, deve-se questionar se em sua órbita encontram-se interesses genuínos de desenvolvimento conjunto, ou se a China na verdade enxerga o Brasil como mero exportador de recursos alimentares e energéticos, fundamentais para sustentar seu ciclo de desenvolvimento econômico. Um fato que ilustra esta segunda possibilidade, e que incomodou o governo brasileiro, foi o veto da China para a proposta de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) em 2005, pretendida pelo Brasil.

Concebido tendo-se em vista essa situação geral, o presente trabalho se propõe a estudar a relação bilateral sino-brasileira nos últimos 20 anos, que, se por um lado tem sido delineada pela intensificação comercial e avanços institucionais, por outro lado dá margem a muitos questionamentos, por ser marcada, aparentemente, por muitos problemas. Desde logo vale a postulação de que é necessário transformar os pontos de vulnerabilidade externa brasileira, nos vínculos com a China, em fatores de propulsão do desenvolvimento com esse país, a partir de um *approach* mais estratégico.

Pretende-se estudar, primeiramente, as trajetórias de inserção externa do Brasil e da China a partir dos anos 60, observando-os inseridos nos contextos das respectivas regiões. Posto este pano de fundo, no segundo capítulo estudar-se-ão as interações bilaterais entre o Brasil e a China nos últimos 20 anos, e especial atenção será dada à evolução quantitativa e qualitativa das trocas comerciais sino-brasileiras de 2002 a 2013 – um período mais curto, de 12 anos. No terceiro capítulo, serão desenvolvidas algumas reflexões sobre o caráter da cooperação sino-brasileira, considerando: i) a presença da China em mercados brasileiros; ii) a assimetria das pautas exportadoras, e iii) os tipos de vínculos estabelecidos entre parceiros de ambos os países, tomando por base as relações entre a Intelbras SA e seus parceiros chineses, com vistas a definir alguns termos de observação que possam, talvez, ser utilizadas

para examinar futuramente outras experiências desse tipo.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Estudar, considerando a vigorosa expansão e a investida internacional da China, o perfil das relações econômicas entre esse país e o Brasil, principalmente no século XXI, almejando vislumbrar perspectivas de interações estratégicas aptas a representar avanços tecnológicos e aumento em atividades produtivas do segundo.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Delinear os fatores que levaram à rápida ascensão chinesa, se comparada à brasileira, contextualizando ambos países em suas respectivas regiões.
- 2) Caracterizar e discutir as relações Brasil-China manifestadas desde o início dos anos 2000, salientando o comércio, com seus traços e repercussões, e as iniciativas institucionais voltadas à convergência de interesses econômicos, principalmente à cooperação estratégica, com indicação dos resultados logrados;
- 3) Abordar a relação sino-brasileira, com destaque para a presença chinesa em alguns mercados brasileiros, e para a assimetria das pautas exportadoras.
- 4) Explorar, a título de estudo de caso, mas visto como ilustrativo dos aspectos que podem cercar a ampliação das interações entre Brasil e China, os vínculos estabelecidos entre uma empresa brasileira dos segmentos de telecomunicações, redes e segurança eletrônica – a INTELBRAS SA – e um parceiro de sua cadeia global de suprimentos, chinês, informando sobre a natureza do vínculo criado e sua evolução, apresentando e discutindo os resultados atingidos até o presente.

1.3 JUSTIFICATIVA

O problema do avanço das negociações agora é que os chineses sabem claramente o que querem do Brasil (em termos gerais e específicos), no entanto, ainda não se tem claro do que queremos da China. (ACIOLY et. al, 2011)

Em um contexto internacional de mudança de status quo, ascensão de países

emergentes e clamor por um sistema multilateral mais representativo, é mister que o Brasil posicione seus interesses com relação à China, e busque extrair os benefícios comerciais e políticos desta relação bilateral de forma mais proativa, com vistas a atenuar a assimetria comercial e agregar valor tecnológico à produção nacional.

A alta dependência da demanda chinesa representa grande perigo para o Brasil, fato que se reflete inclusive no crescimento no PIB: O Brasil cresceu, em média de 3,8% entre 2000 e 2011, quando a demanda chinesa por produtos naturais estava em expansão, e apenas 0,9% em 2012, quando esta mesma demanda se atenuou e os preços das commodities caíram, conforme será exposto neste trabalho. Ademais, o grande aumento das exportações brasileiras de commodities, junto à decadência da exportação de produtos industrializados, representa grande perigo ao desenvolvimento de longo prazo brasileiro.

Neste sentido, Serrano e Medeiros (p.3, 2001) citam Raúl Prebisch, segundo o qual,

Se os países latino americanos se mantivessem, à guisa de supostas “vantagens comparativas”, especializados em exportar produtos agrícolas de baixa elasticidade renda e em importar produtos industriais de alta elasticidade, a necessidade de fechar as contas externas tornaria inevitável que os países crescessem a longo prazo a taxa menores que os países industrializados. Tal constatação decorria da diferença das elasticidades-renda das importações, que tinham uma tendência estrutural a se acelerar em relação às exportações.

No que tange a incursão da China na região latina, é importante que o Brasil contorne tal presença com vistas a manter o status quo da região. O modelo de negócios utilizado pela Intelbras SA poderia representar um tipo de estratégia condizente com esse interesse - importar os componentes eletrônicos da China e industrializá-los na Zona Franca de Manaus - desta forma diminuindo o peso dos tributos e tornando a indústria nacional mais competitiva - e reexportar alguns destes produtos para a África e a América Latina.

Em vista dos argumentos supracitados, o tema escolhido para este trabalho justifica-se plenamente.

1.4 METODOLOGIA

Para este estudo, será desenvolvida pesquisa do tipo exploratória, de natureza qualitativa. O atual projeto pode ser considerado como exploratório, pois buscará proporcionar maior entendimento e conhecimento sobre o tema. A análise será basicamente

qualitativa, porém serão também utilizadas estatísticas do *Comtrade* sobre o comércio exterior dos países pesquisados.

Os meios utilizados para coleta dos dados serão: i) bibliográfico – coleta a partir de fontes secundárias e terciárias, em sua maioria artigos de estudiosos das Relações Internacionais, e ii) um estudo de caso. Segundo Yin (2005), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa abrangente, que envolve situações únicas, e baseia-se no desenvolvimento de prévio de proposições teóricas. Deste modo, o estudo de caso da indústria de eletrônicos Intelbras SA será importante para se referir a um fenômeno recente, localizado no presente, e ilustrar a realidade das relações entre empresas privadas do Brasil e da China nos dias atuais.

O estudo de caso será feito pela observação dos acontecimentos, sob a ótica da autora, e pela coleta de dados acerca do fluxo comercial entre a Intelbras e seus parceiros chineses. Os resultados se referem exclusivamente à organização corporativa da Intelbras, contudo isto não invalida a utilização do método, que visa trazer uma contribuição ao debate sobre o assunto de que se trata nesta monografia.

2. AS INSERÇÕES EXTERNAS DA CHINA E DO BRASIL: TRAJETÓRIAS COMPARADAS

As regiões asiática e latino-americana tiveram lideranças muito distintas nas últimas três décadas. Assim, a fim de compreender a recente e vertiginosa ascensão chinesa, é importante contextualizar a estratégia de desenvolvimento asiática nas últimas três décadas, historicamente liderada pelo Japão. Da mesma forma, para situar o modelo de desenvolvimento brasileiro, é importante destacar que a América Latina adotou uma estratégia de inserção externa praticamente oposta à asiática.

Desta forma, as seções seguintes pretendem expor as inserções externas do Brasil e da China, situando-as no contexto de suas respectivas regiões.

2.1 A INSERÇÃO EXTERNA BRASILEIRA

Segundo Palma (2004), na Ásia, o Japão liderou o crescimento do seu “bando de gansos” através do *spill-over* de seu *know how* e tecnologia aos vizinhos, transformando-os em plataformas de exportação. Em via oposta, os Estados Unidos voaram contra o seu “bando”, competindo com este pela exportação de produtos primários, e afetando assim a inserção externa da América Latina.

De fato, as inserções externas das regiões asiática e latina foram muito distintas, não apenas pelas diferentes posturas das potências que afetavam os processos continentais, mas por uma multiplicidade de complexos fatores. Serrano e Medeiros (2009) citam os contrastados modelos de crescimento promovidos inclusive pelo Banco Mundial: o modelo “liderado pelas exportações” e o modelo “liderado pelo mercado interno”, praticados pela Ásia e pela América Latina, respectivamente. Esta visão é bastante simples, mas parece explicar ao menos parte das principais diferenças nas trajetórias dessas regiões.

Ao observar os modelos de crescimento da China e o Brasil, percebe-se que estas definições de modelos de crescimento utilizadas por Serrano e Medeiros são análogas aos modelos adotados pela China e pelo Brasil, conforme destaca Vera Thorstensen (p. 2, 2011):

A China, nas últimas três décadas, optou por colocar o comércio

internacional como centro do seu modelo de desenvolvimento, priorizando exportações de bens via empresas estatais e estrangeiras e liberalizando suas importações. Apenas no início de 2011, sinalizou que pretende dar maior relevância ao crescimento de seu mercado interno. O Brasil optou por um modelo de desenvolvimento com prioridade para o mercado interno e vem transformando sua agricultura em grande polo exportador.

Serrano e Medeiros também analisam a inserção externa brasileira diante desta polarização. Deve-se assinalar que é útil considerar o modelo de crescimento econômico latino pois, de fato, o Brasil não se descolou dele nos anos 90. O Brasil buscou o crescimento através do estímulo às exportações, e substituição das importações.

Outro aspecto é que, segundo Medeiros (2001), o comportamento dos países latino-americanos nos anos 1980 e 1990 revelou de forma exemplar a sua fragilidade e subordinação financeira: com exceção do Chile e Colômbia - que não se marginalizaram dos créditos internacionais, os anos 1980 foram marcados por escassez de financiamento externo, instabilidade macroeconômica e desinvestimento na maior parte do subcontinente. Nesse contexto, o tipo de inserção externa praticado pelos países latino-americanos na economia mundial causou, assim, o deslocamento das indústrias no sentido das *commodities* – ou o aprofundamento dessa orientação – e reintroduziu os problemas clássicos examinados por Raúl Prebisch, um dos maiores expoentes da teoria da dependência: em primeiro lugar, a flutuação da demanda mundial instabilizou o ciclo de crescimento dos países exportadores; em segundo lugar, ocorreu a deterioração nos termos de troca no fim dos anos 80 e início dos 90.

Um quadro de investimentos de curto prazo aliados à exportação de *commodities* emergiu, na América Latina, como fruto de várias circunstâncias e vários atores. Entre estes, a adesão ao modelo de liberalização econômica adotado na região, que incorporou os ditames do Consenso de Washington, a forte demanda internacional por produtos primários – sobretudo chinesa nos anos 2000, e o avanço do agronegócio, especialmente atrelado à sojicultura. Isto representou um grande retrocesso com relação ao nível de industrialização conquistado.

No Brasil, especificamente, a observação da trajetória seguida na segunda metade do século XX permite constatar que o período de 1956 a 1962 foi marcante para a industrialização brasileira, quando a implantação de novos setores produtivos, junto a um elevado crescimento do produto interno, destacou o Brasil no subcontinente latino-americano. No mesmo período, o Brasil foi capaz de contornar a falta de liquidez e restrição de divisas

internacionais, através de um estado desenvolvimentista (voltado ao mercado interno, sob liderança do presidente Juscelino Kubistchek), que captou recursos externos e os materializou em novas instalações produtivas, em especial para o setor de bens de capital. No entanto, a ampliação da capacidade de importar os insumos necessários para a produção estava muito dependente da entrada de investimentos externos. Com isso,

“ [...] o déficit de transações correntes atingiu 20% das exportações em 1957 e 37% em 1960, ampliando a fragilidade externa e o conseqüente declínio das condições de solvência da economia. A economia brasileira levava ao limite um processo de industrialização pesada com elevada presença do capital estrangeiro exportando basicamente produtos primários” (SERRANO E MEDEIROS, p.18, 2009).

Na década de 60, quando a política de minidesvalorizações cambiais estimulou as exportações, o financiamento externo retornou a patamares elevados. A economia mundial estava em crescimento, e os termos de troca eram favoráveis ao Brasil. Nos anos 70, mesmo em meio a choques do petróleo em 1973 e 1979, graças aos esforços do II Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo de Ernesto Geisel de promover investimentos em insumos básicos e bens de capital, ao mesmo tempo em que se promoviam as exportações, “[...] a economia brasileira aprofundou seu processo de industrialização atingindo níveis inéditos tanto em termos de extensão como em termos de diversificação de seu parque industrial” (SERRANO E MEDEIROS, p.19, 2009). Serrano e Medeiros (2009) acrescentam que ainda que modesta, a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais aproximava-se a 1% em 1980, razão superior à da Coreia, Singapura, Taiwan, México e China obtidas neste ano.

A contração nos fluxos de capitais na década de 1980 gerou déficits globais no Balanço de Pagamentos do Brasil, que passou a sofrer um “*export-lead stagnation*”, sob a inescapável pressão de servir às exigências da dívida externa. Ou seja, a expansão da capacidade de importar brasileira teve um custo alto: o endividamento do Estado. As transferências financeiras ao exterior para os pagamentos do serviço da dívida impossibilitaram o reinvestimento das receitas das exportações na expansão da capacidade de importar, inviabilizando o prosseguimento do processo de industrialização.

A taxa de crescimento das exportações brasileiras nos anos 80, de 4,5% a.a., foi inferior à média mundial, e representou um terço da taxa média da Coreia e da China. Nos anos 90, com a liberalização dos mercados, a desregulamentação financeira e as privatizações, o Brasil passou cada vez mais a figurar na esfera internacional com uma indústria e uma

competitividade frágeis, em relação ao resto do mundo (*ibid.*, p. 21).

A liberalização econômica dos anos 90 fez com que fossem estabelecidos tratados de livre comércio de caráter horizontal com economias desenvolvidas e com países vizinhos. A crescente vinda de investimentos, no bojo da instalação de capacidades ligadas a empresas multinacionais, representou um aprofundamento da subordinação dos fluxos de capitais e de comércio aos interesses dessas empresas, não sem afetar as empresas nacionais, sobretudo as de menor porte. De todo modo, devido às carências da base industrial e dos serviços, os investimentos direcionados ao Brasil não se mostraram contínuos, ficando à mercê da liquidez internacional.

Redlat (2009) apresenta uma generalização do modelo de industrialização da América Latina, região que teria adotado, a partir dos anos 90, um modelo de racionalização produtiva. Este modelo estaria marcado pela desintegração vertical e aumento do conteúdo importado, especialmente nos segmentos mais dinâmicos do comércio e de maior produtividade, quais sejam, os de bens intermediários e bens de capital. Os países latino-americanos teriam trilhado, no geral, dois caminhos: a intensificação das exportações em setores primários intensivos em recursos naturais (caso do Brasil, por exemplo); e outra que visou à atração de empresas maquiladoras, com a montagem de produtos de baixo valor agregado no país (caso do México, por exemplo). Por consequência, com o arrefecimento do crescimento setores industriais e maior concentração no setor de commodities, os investimentos diretos externos (IDE) das duas últimas décadas em geral não contribuíram para um perfil de pauta de exportação de alto valor agregado, ou não implicaram em transferência de *Know How* e tecnologia aos países latino-americanos. A maioria dos investimentos direcionados à América Latina, com exceção do México, passou a se concentrar nos setores de serviços, impulsionados pelas privatizações da época (*ibid.*, 2009).

Em decorrência do aumento da exportação de *commodities* e do crescimento do agronegócio no Brasil nos últimos anos, percebe-se através da Tabela 1 e da Figura 1 que o Investimento Direto Externo no Brasil se concentrou no setor de serviços a partir de 1996, ano que constitui ponto de inversão em relação ao padrão de investimento anterior, que priorizava a indústria. Desde então, apenas no ano de 2004 os investimentos na indústria superaram as cifras dos investimentos destinados ao setor de serviços.

Tabela 1 – Investimento Externo Direto no Brasil, de 1990 a 2009, por atividade econômica, em milhares de dólares

	1990		1991		1992		1993		1994	
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1 286	3%	1 179	3%	1 231	3%	1 270	3%	1 532	3%
Indústria	25 729	69%	26 156	68%	25 571	64%	27 305	58%	28 955	51%
Serviços	9 321	25%	10 153	26%	12 037	30%	17 278	37%	25 319	45%
Outras Atividades	905	2%	1 091	3%	1 134	3%	1 182	3%	741	1%
Total	37 243		38 580		39 975		47 036		56 548	
	1995		1996		1997		1998		1999	
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1 535	3%	110	1%	456	3%	142	1%	422	2%
Indústria	30 913	53%	1 740	23%	2 036	13%	2 766	12%	7 002	25%
Serviços	24 760	43%	5 814	76%	12 818	84%	20 361	88%	20 147	73%
Outras Atividades	873	2%								
Total	58 082		7 665		15 310		23 270		27 571	
	2000		2001		2002		2003		2004	
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	649	2%	1 493	7%	637	3%	1 487	12%	1 072	5%
Indústria	5 070	17%	7 000	33%	7 555	40%	4 506	35%	10 707	53%
Serviços	24 156	81%	12 547	60%	10 585	56%	6 909	54%	8 484	42%
Total	29 876		21 041		18 778		12 902		20 265	
	2005		2006		2007		2008		2009	
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2 194	10%	1 363	6%	4 982	15%	12 995	30%	4 474	15%
Indústria	6 402	30%	8 743	39%	12 166	36%	14 012	32%	11 924	39%
Serviços	12 924	60%	12 124	55%	16 556	49%	16 877	38%	14 044	46%
Total	21 521		22 231		33 704		43 886		30 443	

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração da autora.

Notas:

I – No período de 1990 a 1995, são considerados todos os ingressos de investimentos, sendo alguns deles classificados no setor de “Outras Atividades”.

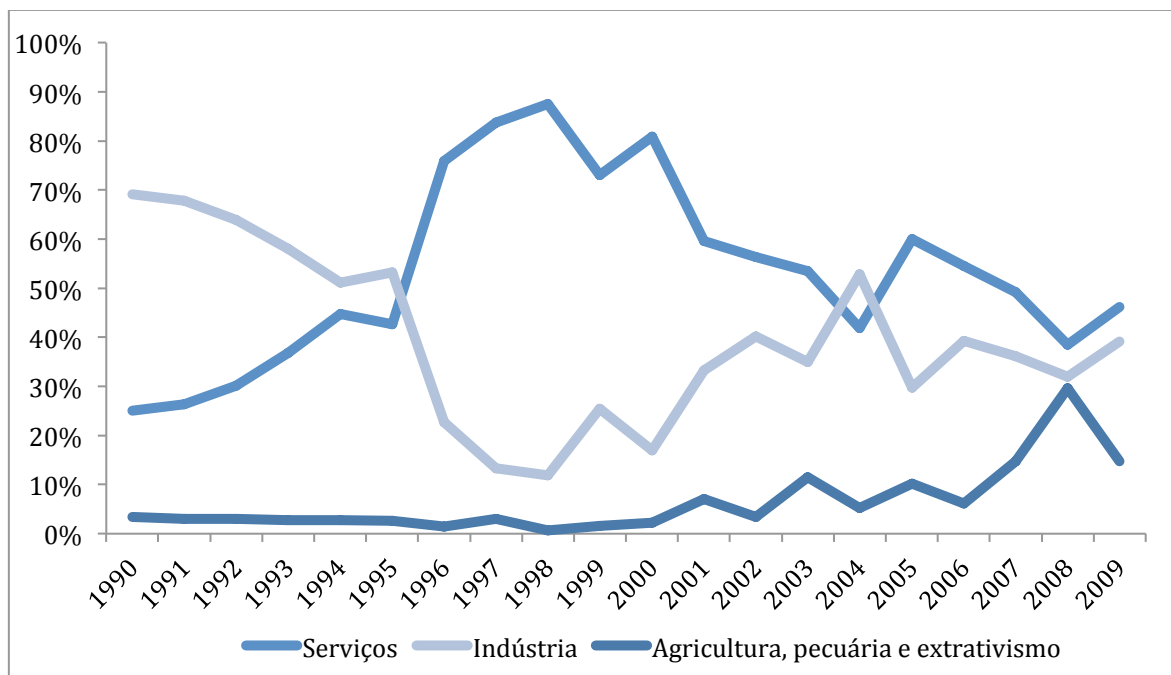
II - No período de 1996 a 2000, são considerados os ingressos de investimentos para empresas receptoras de US\$ 10 milhões ou mais ao ano.

III - A partir de 2001, são considerados todos os ingressos de investimentos.

IV - Dados preliminares, com base nos contratos de câmbio liquidados.

V - Conversões em dólares às paridades históricas.

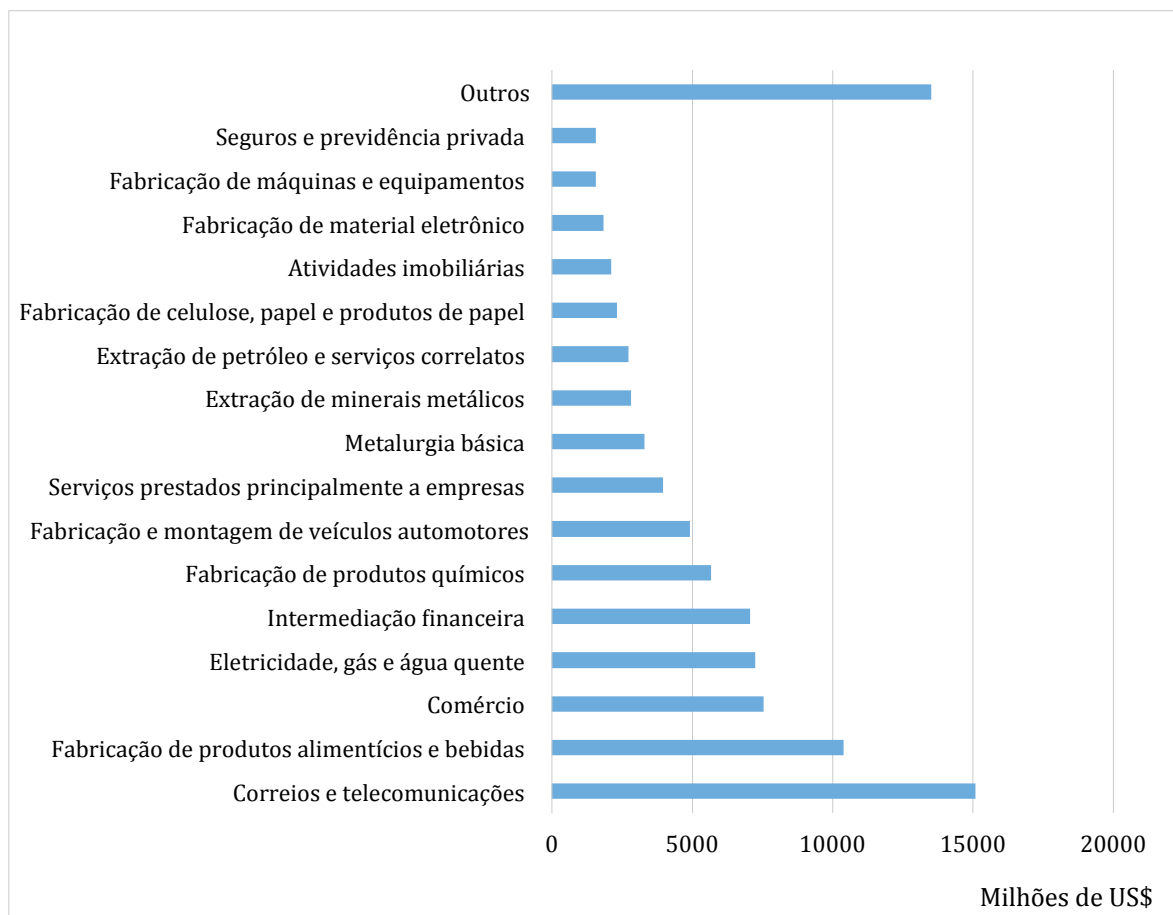
Figura 1 – Evolução dos Investimentos Direitos Externos por setor, no Brasil, a partir de 1990



Fonte: Banco Central do Brasil, elaboração da autora. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>

Em um recorte mais detalhado, vê-se que, entre 2002 e 2006, os setores de maior Investimento Direto Externo foram Correios e telecomunicações, fabricação de produtos alimentícios e bebidas, comércio, eletricidade, gás e água quente e intermediação financeira. Tais setores totalizaram 51% do total (Figura 2). Portanto, a maioria dos investimentos tem se concentrado no setor de serviços, sendo que o único setor da indústria dentre os supracitados – fabricação de produtos alimentícios e bebidas - não reflete uma produção de alto valor agregado.

Figura 2 – Investimento Direto Externo no Brasil, por setor, de 2002 a 2006



Fonte: Banco Central de Brasil. Elaboração da autora.

Conforme sublinhado em trabalho da Rede-latino Americana de Pesquisas em Empresas Multinacionais (REDLAT, p. 13, 2009):

A diferença essencial entre as duas regiões econômicas [Ásia e América Latina] parece residir no nexo entre exportações e investimentos, que permitiu ampliar a capacidade produtiva na China, contribuindo inclusive para o fortalecimento do mercado interno, enquanto na América Latina (e Brasil) a volatilidade cambial em virtude da rápida abertura comercial e financeira– impossibilitou a viabilização deste nexo (...) a China poderia ser classificada como um país de industrialização rápida, que presencia uma transformação estrutural da sua base produtiva em direção aos setores de maior produtividade relativa. Já a América Latina compõe a periferia capitalista em processo de desindustrialização precoce.

Segundo relatório de Investimentos da UNCTAD, o Brasil figurava em 4º lugar no

ranking dos maiores receptores de Investimento Direto Externo em 2012, atrás de Estados Unidos, China e Hong Kong. O problema parece residir, então, mais do que no volume do fluxo, no direcionamento desses recursos, que estimulam mais os serviços do que a indústria, e não resultam em acréscimo de valor agregado na pauta exportadora brasileira.

No que tange ao investimento interno no Brasil, convém destacar que pequena parcela dos aportes tem sido destinada à cadeia logística, o que impacta quase que diretamente sobre a competitividade da indústria nacional. Segundo reportagem da revista *The Economist* (2014) o Brasil investiu o equivalente a apenas 1,5% do PIB em infraestrutura, em 2012, contra uma média global de 3,8%.

Considerando a baixa dos investimentos em setores industriais, uma infraestrutura deficitária, e a alta carga tributária e trabalhista brasileira, é compreensível que atualmente um dos maiores desafios postos ao Brasil está relacionado à competitividade da indústria do país, setor que está sob constante ameaça da alta concorrência das empresas multinacionais. Conforme será exposto no Capítulo 3, a assimetria nas trocas comerciais com a China tem sido notável, e é um reflexo da falta de tecnologias nacionais competitivas: o Brasil tem aumentado as importações de produtos industrializados, ao passo que a pauta exportadora brasileira tem sido composta, predominantemente, por *commodities*. Uma análise a fundo deve ser feita para averiguar as reais causas deste cenário industrial brasileiro mas, desde já, vale destacar que maiores investimentos em pesquisa e inovação ou iniciativas que gerem transferência de tecnologia podem ser medidas que contribuam para que o Brasil, em um futuro próximo, crie tecnologia, ao invés de simplesmente segui-la.

2.1 FUNDAMENTOS DA ASCENSÃO CHINESA

O Japão internacionalizou sua produção no leste e sul da Ásia a partir da década de 1960, revigorado das grandes dificuldades do período pós Segunda Guerra Mundial, através do “transplante de setores” e do Investimento Direto Externo (IDE). Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, conhecidos como “tigres”, foram os principais participantes dessa descentralização produtiva. Em 1980, em “cascata”, estes países passaram a investir nos demais países da ASEAN (sigla em inglês para a Associação das Nações do Sudeste Asiático), especialmente na Tailândia, no Vietnã e na China (LINS, 2008).

Segundo Page (1994), o sucesso asiático, quanto ao crescimento econômico ligado ao mecanismo mencionado, deveu-se a quatro fatores chave: i) mix de tecnologias estrangeiras;

ii) desenvolvimento exportador; iii) equilíbrios macroeconômicos e iv) investimentos em educação. Com efeito, a Ásia canalizou seus esforços no desenvolvimento do mercado regional, sendo receptora de tecnologias do Japão, e buscando uma balança comercial sempre superavitária com relação aos Estados Unidos. Foram criados encadeamentos produtivos regionais e os investimentos foram direcionados de modo a absorver expertise e *Know how* externo.

A República Popular da China, que neste trabalho será citada apenas como China, é o maior país da Ásia Oriental e hoje o país mais populoso do mundo. A China é uma nação milenar que ascendeu ao *rol* das principais potências mundiais nas últimas décadas, através de um modelo de crescimento *sui generis* que se pautou numa espécie de “mescla” entre o seu governo – liderado por um único partido, o Partido Comunista da China (PCC) – e uma economia que em vários sentidos guia-se pelos mecanismos de mercado, embora o envolvimento do Estado permaneça como muito forte. Hoje, a China é líder regional e um dos principais *players* no cenário Internacional, sendo membro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e dos principais grupos de países influentes do globo, além de potência nuclear.

A China ultrapassou a supremacia japonesa na região devido a um conjunto de reformas e estratégias, que serão mencionadas neste tópico. Historicamente, a grande estratégia da China é determinada por três objetivos estratégicos inter-relacionados, segundo Swaine e Tellis (2000, *apud* Azevedo, 2011):

1. Preservação da ordem interna e do bem-estar do povo, diante das diferentes formas de conflitos sociais;
2. Defesa diante das persistentes ameaças externas à soberania nacional e à integridade territorial;
3. Obtenção e manutenção da influência geopolítica da China como Estado proeminente.

O primeiro objetivo estratégico depende de condições internas propícias para a sobrevivência e dignidade dos cidadãos chineses, que em 2014 totalizarão 1,3 bilhão de pessoas². Durante a campanha lançada por Mao Tsé Tung, de 1958 a 1960, denominada “O grande Salto Adiante”, que pretendia tornar a República Popular da China uma nação desenvolvida, cerca de 32 milhões de pessoas morreram em decorrência da fome (*ibid.*). Por

² De acordo com estimativa do US Census Bureau, International Data: China. Disponível em: <http://www.census.gov/population/international/data/idb/region.php?N=%20Results%20&T=13&A=separate&RT=0&Y=2014&R=-1&C=CH>

isso, a China vem perseguindo a segurança alimentar para a sua população. Segundo Giapolux (2005, *apud* Azevedo, 2011), a produção agrária chinesa de arroz e trigo tem sido suficiente, mas há déficit – revelando-se como o maior – na produção de milho e soja, sendo esta última importada especialmente do Brasil, dos Estados Unidos e da Argentina.

Sob a liderança de Deng Xiaoping, que foi secretário geral do Partido Comunista entre 1956 e 1967 e líder desse Partido entre 1978 e 1992, quatro principais modernizações ocorreram, nas esferas da agricultura, indústria e do comércio, ciência e tecnologia e militar. Com isso, a produtividade agrária aumentou, mas não foi suficiente para prover alimento a uma população em alto crescimento, já que as propriedades rurais são pequenas e familiares. Além disso, é natural que com o aumento da renda a população tenha se tornado mais seletiva e modificado sua dieta, preferindo alimentos de melhor qualidade.

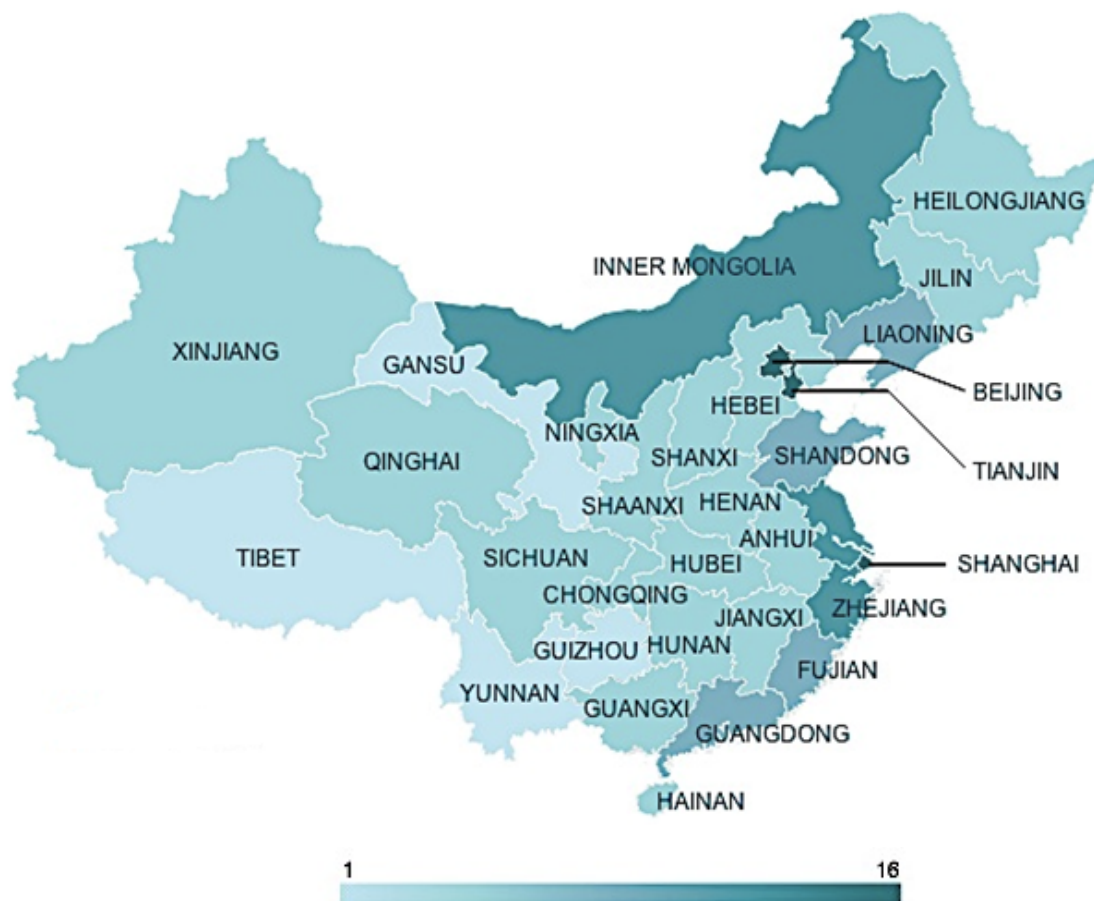
Muitos jovens migraram do campo às cidades para trabalhar em fábricas, e passaram a fazer remessas de renda às suas famílias, que permaneceram nos locais de origem. Para contornar o problema da moradia, as próprias fábricas oferecem residência coletiva aos funcionários. Também a busca pela segurança energética tem sido fundamental para a manutenção do crescimento chinês, já que é crucial para o abastecimento das complexas teias urbanas e suas fábricas.

O êxodo rural, com alta concentração da mão de obra na malha urbana, e uma política estatal de estímulo ao maior desenvolvimento das províncias costeiras, têm representado grandes fontes de disparidades socioeconômicas. A primazia das zonas costeiras em detrimento das zonas interioranas pode ser abordada à luz da perspectiva dos sistemas-mundo, associada a expoentes como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Segundo tal perspectiva, a expansão do capitalismo se dá por processos endógenos ao sistema, em “movimentos cíclicos de incorporação de novas áreas em resposta às necessidades de desdobramento espacial das cadeias de produção e troca, ou cadeias mercantis” (Hopkins and Wallerstein *apud* Lins, 2008). A incorporação incidiu mais intensamente nas áreas costeiras, onde se instalaram empresários chineses que, tendo abandonado o país durante o período maoísta, retornaram em meio às reformas de Deng Xiaoping e aos processos desencadeados desde então.

Expoente desta desigualdade regional, vê-se que o produto interno bruto per capita é bastante díspar entre as províncias chinesas, através da Figura 3. Em 2012, enquanto contabilizava 3,6 mil dólares no Tibete e 5,4 mil dólares em Xinjiang, regiões costeiras do

extremo oeste chinês contabilizaram até 3 vezes mais. Guangdong contabilizou 8,6 mil dólares, Fujian 8,4 mil dólares, Zhejiang 10 mil dólares, e Jiangsu 10,8 mil dólares.

Figura 3 – Produto Interno Bruto per capita na China, 2012, em escala de mil dólares americanos



Fonte: *The Economist*. Disponível em: <http://www.economist.com/news/special-report/21600797-2030-chinese-cities-will-be-home-about-1-billion-people-getting-urban-china-work>

Nos últimos anos, vê-se que o êxodo rural chinês está arrefecendo: o que antes era uma chusma de mão de obra barata vinda do campo, hoje é uma multidão de mão de obra melhor qualificada e, em muitos casos, mais exigente. A falta de mão de obra está afetando várias fábricas, a ponto de acabarem o ano com 400 funcionários e recomeçarem o ano seguinte com apenas 100, por exemplo, segundo levantamento interno feito pela empresa Intelbras. Algumas das razões que podem ser elencadas para explicar tal fato são: i) a maioria dos trabalhadores de fábrica é contratada para atuar apenas por um ano (sem carteira assinada); ii) a busca por novos trabalhos é parte da cultura dos chineses; iii) o governo tem

aumentado os investimentos em agricultura, com vistas a melhorar as assimetrias internas, e muitas pessoas estão permanecendo ou retornando ao campo; iv) a nova geração prefere trabalhar em outras funções em detrimento de fábricas, onde o trabalho é repetitivo; v) muitos têm preferido permanecer com a família no campo, a vir morar em dormitórios nas cidades (informações de funcionário da Intelbras, em e-mail à autora, 2014).

A geração de jovens chineses não tem se mostrado, pois, submissa às condições exaustivas de trabalho:

China no longer has an inexhaustible supply of young workers from the countryside willing to work endless hours on production lines for mere subsistence wages. Labour shortages combined with a new determination and ability of workers to organize collectively has meant that manufacturers have been forced to pay higher wages or alternatively, in some cases, close down and relocate to lower cost areas such as Bangladesh and Cambodia (*CHINA LABOUR BULLETIN*, 2013).

As condições de trabalho na China têm estado em voga há algum tempo, levando autores como Kahn (*apud* Lins, 2008) a argumentarem que as mesmas orquestram um cenário de alta exploração, jornadas de trabalho impensáveis em muitos países, condições de alojamento e de alimentação que expõem o capitalismo industrial em sua mais selvagem face. Percebe-se que estas condições vêm melhorando nos últimos anos, em especial devido à dificuldade das fábricas em capturar mão de obra. Algumas fábricas já organizam esportes e jogos diversos, oferecem boa alimentação e dormitórios organizados, dentre outros benefícios, como artifícios para atrair mais trabalhadores.

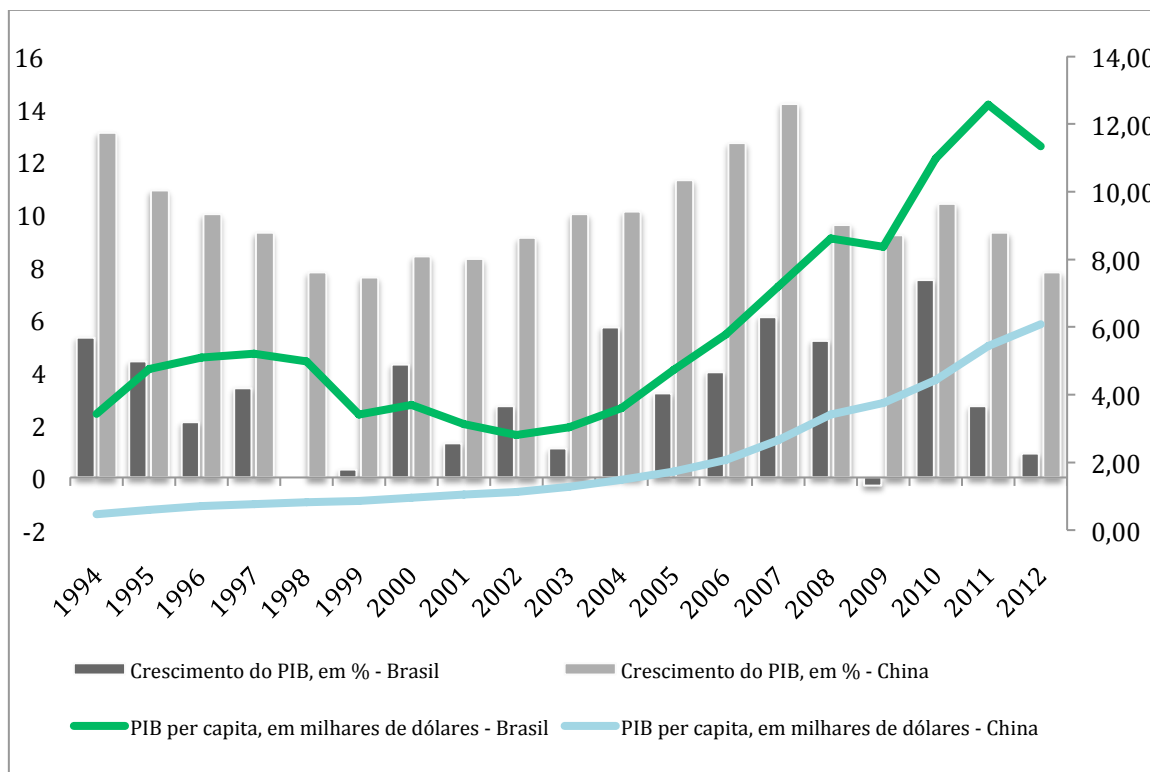
A despeito dos níveis salariais chineses, alguns autores destacam que a competitividade e a ascensão desse país não se vinculam somente a essa única variável. É preciso analisar a questão de uma perspectiva mais geral, mais completa:

Faz-se necessário quebrar alguns mitos muito difundidos na América Latina sobre o “modelo” chinês. Existe a concepção de que a competitividade chinesa se deve, em última instância, ao baixo custo da mão-de-obra. Trata-se de uma análise enviesada. A competitividade chinesa está relacionada a um conjunto de fatores: escala de produção, mercado interno potencial, taxa de investimento crescente, planejamento do Estado e crédito barato, além de incentivos fiscais e câmbio artificialmente desvalorizado – que contribuem para atrair empresas transnacionais e incentivam as exportações (REDLAT, 2011).

Em se tratando do crescimento do produto interno bruto, ao comparar tal indicador da China ao do Brasil, vê-se que o primeiro tem registrado percentuais anuais de crescimento muito maiores. Em relação ao produto interno bruto per capita, no entanto, o Brasil está à

frente da China, com uma guinada a partir de 2004. É importante ressaltar que a China vem melhorando este indicador em trajetória linear, enquanto a curva do Brasil se mostra mais oscilante. Estas informações podem ser obtidas na Figura 4, abaixo.

Figura 4 – Crescimento do Produto Interno Bruto, em percentual, e Produto Interno Bruto per capita, em dólares, do Brasil e da China, de 1994 a 2013



Fonte: Banco Mundial, elaboração da autora.

O segundo objetivo estratégico da política chinesa, embora universal, é visível na China especialmente no que tange a seus territórios anexados ou não reconhecidos como chineses pela comunidade internacional, como a ilha de Taiwan (Formosa) e o Tibete. O caso deste último, província que abriga um forte clamor separatista, é fonte de tumultos desde a sua anexação em 1950.

O terceiro objetivo estratégico, por fim, refere-se a uma convicção de superioridade cujas origens remontam ao antigo império chinês, e contempla processos como a disseminação da sua cultura a influência ao mundo.

As reformas chinesas para a transição a uma economia de mercado foram distintas do que ocorreu no leste europeu e Rússia, onde a abertura para o mercado foi conhecida como “Big Bang”, na qual os reformistas deveriam eliminar abruptamente qualquer resquício de comunismo, e recomeçar do zero. No caso chinês, em contraste, houve um processo tímido de abertura, categorizado por alguns estudiosos como “Dual Track”. Os reformistas viam

necessidades inatendidas em várias esferas, seja por subdesenvolvimento e pobreza, seja por falta de comando econômico. Assim, diminuíram barreiras e gradualmente deram oportunidades aos indivíduos e grupos para agirem de forma empresarial em direção às demandas do mercado. Foram criados “bolsões” de iniciativas empresariais que em meados dos anos 1990 tornaram-se claramente perceptíveis, sugerindo que a transição para uma economia de mercado estava feita (NAUGHTON, 2007).

O maior *policy maker* e reformista chinês foi Zhao Ziyang, premier de 1980 à 1987. Mesmo subordinado a Deng Xiaoping, Zhao era o responsável pelas políticas cotidianas que levaram a China à transição inicial. O sistema *Dual Track* significou a coexistência da planificação econômica comunista com iniciativas empresariais de mercado, até que ambos caminhos se fundiram naturalmente. Com isso, as empresas estatais foram inseridas paulatinamente na economia de mercado. Uma vez que a planificação tradicional havia desvanecido, o passo subsequente da reforma foi criar regras e taxas uniformes para cada setor econômico. “The dual-track plan and market system was phased out, and most prices were unified at market prices. Astonishingly, there was never any “big bang.” The process was achieved with a minimum of economic disruption and relative social stability.” (*ibid*, p. 88).

A China iniciou as reformas internas em 1978, com Deng Xiaoping, e desde então sua economia vem crescendo a taxas elevadas - média de 10,8% de 2000 a 2011, e 7,9% em 2012. O papel dos países vizinhos, como Coreia do Sul, Taiwan e Japão, foi, sem dúvida, essencial nessa trajetória, no que tange à transferência do *Know How* de tecnologias já disponíveis e à migração de fábricas para a China, em especial pela alta rentabilidade do capital inicial investido e a abundância de mão de obra barata. Se, por um lado, muitos países transferiram partes menos complexas e intensivas em trabalho para a China, por outro lado também houve a transferência da produção de componentes eletrônicos, o que desencadeia, ou no mínimo favorece, a geração de valor no próprio país (GUIMARÃES, 2012).

Este movimento de migração de parques produtivos para a China se acelerou na década de 1990, quando o país tornou-se grande produtor de eletrônicos da tecnologia da informação – as exportações chinesas de produtos eletrônicos de alta tecnologia passaram de 7% em 1990 para 37% em 2005 (CUNHA, 2008, *apud* GUIMARÃES, 2012). Em busca de vantagens competitivas de custo, muitas empresas inclusive transferiram partes mais complexas da produção, como desenho, engenharia e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para a China, o que gera *spill over* deste conhecimento para o país.

Não há dúvida de que o papel das empresas transnacionais foi estratégico para o desenvolvimento da China, através de *joint ventures* com empresas chinesas. Todavia, essas empresas têm contribuído com apenas 5% da formação bruta de capital fixo e 30% da produção de manufaturados, três quintos dos quais são direcionados para o mercado interno (LARDY, 2006, *apud* REDLAT, 2009). Portanto, mesmo contando com o estímulo de investimentos externos, que transferiram etapas de processos produtivos e capital para a região, a China adotou um modelo de acumulação cuja dinâmica foi em boa medida endógena.

Indubitavelmente os aspectos ligados ao trabalho tiveram grande influência sobre o crescimento chinês, o que se torna ainda mais claro quando se leva em conta o tamanho do “exército” de mão de obra disponível e ansioso por enriquecer através do trabalho. A questão da cultura do trabalho também não está ausente. Parte dessa cultura advém da nova filosofia confucionista, segundo a qual o trabalho, a disciplina, a ordem, a educação e a meritocracia devem fazer parte do cotidiano das pessoas. O confucionismo é uma filosofia originária da China imperial, que foi banida por Mao Tsé-tung e reavivada por Deng Xiaoping. A China adotou o “novo confucionismo” para inculcar em sua população um desejo dúbio: tanto pela competitividade e meritocracia qualificada quanto pelo combate à corrupção e ao individualismo egoístico.

Esta orientação político-ideológica mostra-se de muita utilidade para o governo chinês. De acordo com André Bueno (2012), “O autoritarismo comunista ainda sobrevive, em grande parte, como um fiel da balança, que tenta equilibrar essa transição sem rupturas traumáticas; e os chineses confiam que, de uma maneira ou de outra, mudanças gradualmente se farão presentes, embora poucos mesmo tenham noção de como...”.

É fato que a China possui um modelo *sui generis* de interação entre o Estado e o mercado, com o partido comunista desempenhando um papel forte na economia. Se por um lado a alta ingerência estatal preserva monopólios e ineficiência em alguns setores, por outro o Estado forte promoveu um sistema de infraestrutura robusto, com uma malha ferroviária complexa e os maiores portos do mundo. Além disso, soube conduzir a abertura comercial, especialmente com a criação de Zonas Econômicas Especiais e a descentralização das cadeias produtivas. A inflação foi mantida sobre controle, o que favoreceu a poupança no mercado interno. Outrossim, a taxa de câmbio foi controlada por uma política cambial rígida, e favoreceu assim as exportações chinesas para o mundo todo. Por fim, houve grande investimento em educação e em laboratórios de P&D (GUIMARÃES, 2012).

Segundo o relato do *procurement*³ da área de telecomunicações da Intelbras, brasileiro atualmente residindo na China, prestando serviços para a empresa,

O que o partido único decidir está decidido, não tem órgãos como no Brasil para impedir ou aprovar algo, como o IBAMA. A política é rápida, não existe morosidade na tomada de decisões como nas democracias. Sobre Shenzhen, a primeira Zona Econômica, há trinta anos atrás era uma vila, hoje tem entre 8 e 9 milhões de habitantes, metrô de última geração, edifícios altíssimos, principais rodovias de concreto de qualidade (e não asfalto como no Brasil), duram anos e anos (NICHOLAS DE OLIVEIRA, em entrevista concedida à autora, 2014).

A extraordinária expansão das Zonas Econômicas Especiais na China, como Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen (próximas a Hong-Kong), além de Formosa e Macau, reflete a agilidade do governo e faz parte do processo de reestruturação geopolítica que articulou os interesses e os mercados na região.

A China promove as exportações através de feiras internacionais de negócios: a maior feira é a Feira de Canton, que acontece duas vezes por ano na província de Guangdong, seguida da feira de Hong Kong. A feira de Canton ocorre desde 1957, e na última edição contou com mais de 24 mil vendedores e mais de 188 mil compradores. Cabe destacar que as licenças de exportação concedida às fábricas que atuam na China foram separadas das licenças para vendas no mercado interno, o que simplificou o controle fiscal do governo e incentivou as empresas a exportarem.

Adotou-se uma estratégia dual para o desenvolvimento de tecnologias: de um lado, o maciço investimento em educação e laboratórios de pesquisa, um volume de recursos que, em sua maioria, é absorvido pelas empresas; de outro lado, o estímulo às *joint-ventures* (VILLELA, 2004). Em 2013-2014, o renomado Ranking das Melhores Universidades do Mundo da *Times Higher Education* classificou a Universidade de Pequim em 45º, e a Universidade de Tsinghua em 50º, enquanto as únicas brasileiras mencionadas ficaram nas posições 250 (Universidade de São Paulo) e 301 (Universidade de Campinas)⁴ (TIMES HIGHER EDUCATION, 2014).

As políticas de estímulo à Pesquisa e Desenvolvimento incluíram ampla oferta de financiamento a baixo custo, subsídios e esforços de aproximação entre as empresas e as

³ A função do *Procurement* na Intelbras está atrelada à busca por novos fornecedores, novas tecnologias e novos produtos, fazendo parte da área de suprimentos da empresa.

⁴ O ranking da *Times Higher Education* é financiado pela agência Thomson Reuters, e julga quatro aspectos das universidades: ensino, pesquisa, transferência de tecnologia e internacionalização.

universidades. Não obstante o papel central do Estado, é importante frisar que grande parte da inversão de capital em P&D advém das empresas, em especial pelo esforço de adaptação das tecnologias importadas e incorporação de técnicas intensivas em mão de obra (NAUGHTON, 2007).

Apesar de riscos regulatórios altos, os Investimentos Diretos Externos na China são elevados, fato explicado pelo alto retorno e perspectivas e lucro, pela rápida expansão do mercado, e porque a quebra de contratos nunca foi regra (GUIMARÃES, 2012). Este intenso fluxo de aportes financeiros tem sido alocado assertivamente pelos receptores chineses, no sentido da maximização da produtividade e investimento em novas tecnologias. A Tabela 2 demonstra o crescimento gradual nos aportes de IED para a China e Hong Kong, que totaliza 33% se considerarmos os números de 2007 e 2012.

Tabela 2 – Investimentos Diretos Externos na China e em Hong Kong, de 2007 a 2012, em milhões de dólares

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
China	83 521	108 312	95 000	114 734	123 985	121 080
China (Hong Kong)	62 110	67 035	54 274	82 708	96 125	74 584

Fonte: UNCTAD, *World Investment Report*, 2013. Elaboração da autora.

Segundo relatório da UNCTAD (2013), além de a China ser o segundo principal destino para o capital internacional em 2012 (apenas atrás dos Estados Unidos), o país vem tomando medidas para a liberalização dos fluxos de capitais: aumentou o teto de investimentos externos em *joint-ventures* de 33% para 49%, entre 2012 e 2013.

Hoje, dentre os maiores desafios postos para a China está a amenização das desigualdades regionais e sociais, questão que remete a uma discrepância que se ampliou com a criação das Zonas Econômicas e o consequente estímulo às zonas costeiras, conforme já colocado neste capítulo.

A busca por uma economia mais verde e pela adoção de energias limpas também é um objetivo estratégico, haja vista que nas grandes metrópoles chinesas o volume de poluição tem afetado a saúde dos indivíduos. Sobre este ponto, a China declarou recentemente que irá fechar as termelétricas a carvão em Pequim e limitar o uso do material para uso industrial em 2014 (AGÊNCIA REUTERS, 2014). Para substituir esta fonte pretende-se usar energias limpas e a gás, de acordo com a agência estatal Xinhua. Segundo reportagem da agência Reuters (2014), “O crescimento econômico sempre esteve no topo da agenda política na

China, mas a irritação da população com a poluição vem provocando protestos, e o governo agora promete ser mais firme e fazer da limpeza do meio ambiente uma prioridade”.

Por fim, o aumento da transparência e da eficiência do Estado é necessário, especialmente para diminuir os riscos de investimentos e ampliar a credibilidade junto às arenas internacionais.

* * *

Brasil e China possuem trajetórias de inserção externa muito díspares, tanto em termos políticos quanto estratégicos. Percebe-se que ambos os países foram influenciados pelos contextos regionais, e pelos líderes de suas regiões, quais sejam Japão e Estados Unidos. Assim, o Brasil teve uma inserção externa marcada pela substituição de importações, e mais recentemente pela primazia dos produtos primários, enquanto a China captou tecnologias e investimentos dos países vizinhos, e priorizou suas exportações.

Compreender estas diferentes posturas é importante para analisar as relações bilaterais sino-brasileiras, que desde os anos 90 - não obstante a distância geográfica e cultural entre eles - têm se mostrado vigorosas.

3. EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS INTERAÇÕES POLÍTICAS E COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA

Este capítulo pretende abordar tanto as relações comerciais quanto as relações institucionais entre o Brasil e a China, com destaque para o período pós 1990, quando as mesmas se tornaram mais intensas. Será mostrado, brevemente, o histórico das relações bilaterais. Depois, serão abordadas a evolução e a natureza das trocas comerciais e de investimentos entre eles.

3.1 UMA BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE AS INTERAÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

As primeiras relações bilaterais Brasil-China datam do fim do século XIX. Com a abolição da escravidão no Brasil em 1888, a procura por imigrantes cresceu, sendo que em 1879 o Brasil já tinha estabelecido uma missão diplomática na China com vistas a capturar mão de obra para as suas lavouras cafeeiras. Mas a corrente migratória chinesa não se concretizou, devido às experiências negativas de migração dirigidas ao continente americano.

Em 1881, os dois países assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, e em 1883 o Brasil abriu um consulado em Shangai (OLIVEIRA, 2004). Registrou-se, durante o século XIX, a entrada oficial de aproximadamente 3.000 chineses no Brasil, resultado de tentativas isoladas de recrutamento de mão de obra para trabalho na agricultura e para o cultivo do chá no Rio de Janeiro, denominados “coolies”.

No início do século XX as relações bilaterais foram tímidas, até que, na ocasião da vitória de Mao Zedong em 1949, o Brasil rompeu definitivamente as relações diplomáticas com a China continental. Tal reação se justificava haja vista a posição brasileira pró Estados Unidos durante a Guerra Fria, e consequentemente contrária ao movimento de Mao. Assim, o consulado em Shangai foi fechado, e abriu-se uma embaixada em Taipei (1952), local de refúgio para os chineses não comunistas (*ibid.*). Embora as relações tenham se tornado “embrionárias”, com tímido diálogo entre as partes, após 1949 constata-se a intensificação de um fluxo migratório chinês não oficial para o Brasil, em especial para a cidade de São Paulo (*ibid.*).

Ao início da década de 1960, o Brasil iniciava a “Política Externa Independente” (PEI), com a amenização do alinhamento automático aos Estados Unidos. Recusava-se a assinar o Tratado de Não-proliferação Nuclear, privilegiava a participação nos foros

multilaterais e tentava recuperar o seu papel nas organizações internacionais, em especial na Organização das Nações Unidas.

Em paralelo, a China também buscava seu papel no palco internacional, vislumbrando a multipolaridade e dando ênfase à aproximação com o “Terceiro Mundo”, além de defender a não-ingerência nos assuntos internos de outros países (OLIVEIRA, 2004). Para além do interesse do potencial de comércio, obviamente de grandes proporções, havia outros fatores de motivação em torno das relações sino-brasileiras, especialmente no que tange à formação de alianças frente a qualquer tendência hegemônica. Isto fica evidente, sobretudo, no mundo pós-Guerra Fria.

A primeira tentativa de missão comercial se deu em 1961, em Pequim, coordenada pelo vice-presidente João Goulart. Reflexo da PEI, o Brasil buscava a diversificação de seus parceiros e o aumento do comércio com a China. Porém, as baixas perspectivas de intercâmbio bilateral minaram a continuidade da missão. Ademais, o Golpe Militar em 1964 contribuiu para que as interações econômicas voltassem ao patamar de timidez.

As relações diplomáticas foram oficialmente restabelecidas apenas em 1974, pelo presidente brasileiro Ernesto Geisel (VILLELA, 2004).

Em pleno governo militar, o Presidente General Geisel e o seu Chanceler Azeredo da Silveira retomaram a linha política do Governo brasileiro do início dos anos 60. Sob a fórmula do pragmatismo responsável, retomou-se grande parte do conteúdo das ideias forjadas nos anos 50, por tendências importantes que determinaram, e determinam ainda, a ação política do Brasil no mundo: a busca da independência e da defesa dos seus grandes interesses, que são os interesses de uma nação continental e de grande dimensão. Assim, o Brasil não poderia se limitar a ser uma pequena província do hemisfério Ocidental, o País possui grandes interesses no diálogo com todas as potências do mundo e entrevê a China como uma potência de problemáticas semelhantes (CABRAL, 2005).

Nas últimas décadas ambos os governos têm buscado maior aproximação, sendo que em 1993 a relação bilateral alcançou o patamar de Parceria Estratégica - a concretização deste nível de diálogo bilateral com o Brasil foi o segundo para a China, após, apenas, a parceria estratégica firmada com a Índia, também um país emergente (PEREIRA E NEVES, 2011).

O presidente Fernando Henrique Cardoso estabeleceu a Ásia como uma das prioridades da política externa de seu governo, na ocasião de sua posse em 1º de janeiro de 1995. Este posicionamento brasileiro na década de 90 foi motivado, segundo Oliveira (2004) por dois principais motivos: pela perspectiva de associar-se a uma região que logrou sucesso em seu desenvolvimento econômico e técnico-científico, visando parcerias, e pelo espaço

político no qual junções de interesses e posições similares nos foros internacionais se fariam presentes, de modo a concretizar a autonomia e a diversificação de parcerias brasileiras.

Dentre os resultados da parceria estratégica, a cooperação técnico-científica tem mostrado resultados positivos, como no caso do programa de sensoriamento remoto para observação de recursos terrestres - *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS). Os satélites permitirão aos dois países uma independência na área de imagens por satélites, possibilitando-os inclusive a passar de usuários a exportadores desse tipo de serviço.

A cooperação se dá também no campo da biotecnologia, dos recursos energéticos e da informática. No campo da saúde, estão em andamento iniciativas conjuntas no combate à Aids, na produção e comercialização de genéricos e remédios de medicina tradicional e na pesquisa de novos medicamentos (OLIVEIRA, 2004).

Nas últimas duas décadas, o relacionamento político-diplomático foi repleto de visitas entre funcionários de alto escalão de ambas as partes. Em 2004, os dois países criaram a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (doravante denominada Comissão de Alto Nível). Em Abril de 2010, segundo informações do Site do Itamaraty (2010), o presidente Luis Inácio Lula da Silva e o presidente Hu Jintao assinaram um Plano de Ação Conjunta 2010-2014, elaborado pela Comissão de Alto Nível, o qual fornece orientações estratégicas e abrangentes para o desenvolvimento da Parceria Estratégica bilateral e de cooperação em áreas relevantes.

Em Abril de 2011, para intensificar e fortalecer ainda mais o Plano de Ação Conjunta, a presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao elaboraram o Plano Decenal de Cooperação, com vistas a assinalar as áreas prioritárias e os projetos-chaves em ciência e tecnologia e inovação, cooperação econômica, e intercâmbios entre os povos, de 2012 a 2021 (ITAMARATY, 2012).

Quando se trata de países emergentes, Brasil e China geralmente são colocados do mesmo lado, como parceiros e líderes de suas respectivas regiões em grupos como o já mencionado BRICS, o G20 (grupo das 19 economias mais desenvolvidas do mundo, junto à União Europeia) e o BASIC (grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e China para negociações sobre as mudanças climáticas). No entanto, alguns estudiosos das Relações Internacionais destacam a assimetria de poder entre estes dois atores. Segundo Buzan (2004, *apud* PEREIRA E NEVES, 2011), “while Brazil has been considered a regional power with global ambitions, China already is a global power with nuclear weapons”. Estes dois autores destacam o caráter “Norte-Sul” das relações comerciais entre Brasil e China, sendo o primeiro

exportador de *commodities*, e o segundo de manufaturados.

Quando Brasil, Alemanha, Índia e Japão propuseram projeto específico para o aumento do número de assentos do Conselho de Segurança, através da resolução L.64, na Cúpula Mundial da Organização das Nações Unidas em 2005⁵, a China demonstrou oposição. O peso da rivalidade histórica com o Japão foi indubitavelmente importante. Não obstante, a China também negligenciou o Brasil nessa decisão.

Nos assuntos relacionados a direitos humanos, mudança climática e proliferação nuclear, a coordenação bilateral também se mostra difícil (PEREIRA E NEVES, 2011). O Brasil é uma democracia com crescente debate em torno dos direitos humanos, enquanto a China é um regime autoritário, com algumas lacunas nesta esfera. A despeito de críticas quando às condições de trabalho dos operários chineses, deve-se destacar, no entanto, que os salários na China têm aumentado progressivamente, conforme sublinhado no capítulo anterior deste trabalho.

De fato, em 2010 (após a crise de 2008), as províncias começaram a aumentar individualmente os salários, e desde então o aumento anual tem sido em média 22% (*CHINA LABOUR BULLETIN*, 2013). O salário médio chinês em 2012 esteve no meio da escala asiática: abaixo do Japão, Coreia do Sul e Cingapura, mas acima da Tailândia, Vietnã e Indonésia (com isso, muitas indústrias intensivas em trabalho migraram para estes últimos países, como têxteis, sapatos e brinquedos). A meta quinquenal do governo chinês para o período 2011-2015 contempla um aumento anual de no mínimo 13% nos salários (*ibid.*).

Quanto ao meio ambiente, China e Brasil estão de acordo quanto à máxima da responsabilidade compartilhada, porém diferenciada. Mas as emissões de gases poluentes são tanto maiores quanto maior é a produção industrial chinesa, comparativamente falando, enquanto no Brasil grande parte das emissões é originária de desmatamentos. Cabe igualmente referência ao fato de que o aumento da demanda chinesa por soja foi um dos grandes fatores de desmatamento da floresta amazônica, correspondendo a mais de 528 mil quilômetros quadrados (GALLAGUER, 2010). No que tange à matriz energética, segundo Pereira e Neves (2011), o Brasil está um passo à frente: usa cerca de 80% da energia

⁵ A reforma resultaria num Conselho expandido para um total de 25 membros, com 6 novos assentos permanentes atribuídos a África (2), Ásia (2), Europa Ocidental (1) e América Latina e Caribe (1) e 4 novos assentos não-permanentes para África (1), Ásia (1), Europa Oriental (1) e América Latina e Caribe (1). A proposta do G-4 também previa reavaliação da reforma após 15 anos, quando seria considerada, entre outros aspectos, a questão do veto. Em reunião ministerial realizada durante a 68ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2013, os 4 países reafirmaram a sua unidade e seu empenho para fazer avançar o processo de reforma do Conselho.

hidrelétrica e desenvolve biocombustíveis. Vale ressaltar, porém, que mesmo sendo o segundo maior produtor mundial de etanol⁶, o Brasil ainda é altamente dependente do petróleo como fonte energética, um dos motivos pelos quais tem desviado seu foco do etanol para a recém descoberta bacia petrolífera, denominada Pré-Sal, no litoral do estado do Rio de Janeiro.

Na esfera nuclear, o Brasil tem um posicionamento pacifista e de não-proliferação. O Brasil defendeu o Irã em 2010, quando este estava enriquecendo urânio, desde que fosse para fins pacíficos. Neste mesmo caso, a China apoiou a resolução norte-americana de sanção ao Irã (PEREIRA E NEVES, 2011), buscando claramente a manutenção do *status quo* do sistema e a detenção de armas nucleares nas mãos de poucas potências. Portanto, atualmente se tornam cabíveis os questionamentos acerca de posições díspares: a China como “Norte”, e o Brasil como “Sul”.

Convém ressaltar que, em 2014, as relações diplomáticas completarão 40 anos, após o restabelecimento em 1974.

3.2 BALANÇA COMERCIAL E INVESTIMENTOS

Desde a sua admissão na Organização Mundial do Comércio, em 2001, a China vem se consolidando como maior parceiro comercial do Brasil. Com os mercados da Europa e Estados Unidos já consolidados e mais exigentes, a estratégia chinesa de crescimento voltou-se para os mercados emergentes, onde suas exportações de manufaturados ainda possuíam espaço para crescer.

A China se tornou o principal destino das exportações brasileiras em 2009, quando ultrapassou os Estados Unidos. A partir da Tabela 3, percebe-se que em 2012 a China foi a principal fonte das importações brasileiras, com 15% do total, seguida dos EUA, com 14%, e Argentina, com 7%. Outrossim, a China foi responsável por 17% das exportações brasileiras. Neste fluxo, a diferença para a segunda fonte é mais representativa: os Estados Unidos são responsáveis por apenas 10% do *share*, seguidos da Argentina com 7%.

⁶ O Brasil produziu, em 2013, 6.2 bilhões de galões de etanol. Os Estados lideram a produção, com 13,3 bilhões de galões no mesmo ano. A China, por sua vez, produziu 696 milhões de galões. Renewable Fuels Association, World Fuel Ethanol Production. Disponível em: <http://ethanolrfa.org/pages/World-Fuel-Ethanol-Production>. Acesso em 4 Mar. 2014.

Tabela 3 – Principais parceiros comerciais brasileiros por valor do comércio, e sua participação com relação ao total, em dólares, 2012

Importações brasileiras			Exportações brasileiras		
Nome do parceiro	Valor do comércio em US\$	Share	Nome do parceiro	Valor do comércio em US\$	Share
China	\$34 248 497 709,00	15%	China	\$41 227 540 253,00	17%
EUA	\$32 607 902 409,00	14%	EUA	\$24 849 876 493,00	10%
Argentina	\$16 444 100 381,00	7%	Argentina	\$17 997 706 375,00	7%
Alemanha	\$14 208 929 793,00	6%	Holanda	\$15 040 703 654,00	6%
República da Coreia	\$9 097 657 556,00	4%	Japão	\$7 955 713 348,00	3%
Outros parceiros	\$124 745 941 081,00	54%	Outros parceiros	\$133 508 235 640,00	55%
TOTAL	\$231 353 028 929,00		TOTAL	\$240 579 775 763,00	

Fonte: *United Nations Comtrade Database*, elaboração da autora.

Na mão inversa, no entanto, vê-se que o Brasil foi o destino de apenas 2% das exportações chinesas neste mesmo ano, estando enquadrado em “Outros Parceiros” na Tabela 4. Através desta tabela, vê-se que o principal fornecedor da China em 2012 foi o Japão, e o principal destino de suas exportações foram os Estados Unidos. Tal fato mostra que o Brasil se tornou muito mais dependente do mercado chinês do que a China se tornou dependente do mercado brasileiro.

Tabela 4 - Principais parceiros comerciais chineses por valor do comércio, e sua participação com relação ao total, em dólares, 2012

Importações chinesas			Exportações chinesas		
Nome do parceiro	Valor do comércio em US\$	Share	Nome do parceiro	Valor do comércio em US\$	Share
Japão	\$177 832 335 544,00	10%	EUA	\$352 438 221 016,00	17%
República da Coreia	\$168 728 402 319,00	9%	Hong Kong	\$323 445 330 291,00	16%
Hong Kong	\$142 929 912 976,00	8%	Japão	\$151 626 580 721,00	7%
EUA	\$133 765 823 048,00	7%	República da Coreia	\$87 673 764 182,00	4%
Outros países asiáticos	\$132 199 339 060,00	7%	Alemanha	\$69 212 732 296,00	3%
Outros parceiros	\$1 062 743 414 624,00	58%	Outros parceiros	\$1 064 385 604 578,00	52%
TOTAL	\$1 818 199 227 571,00		TOTAL	\$2 048 782 233 084,00	

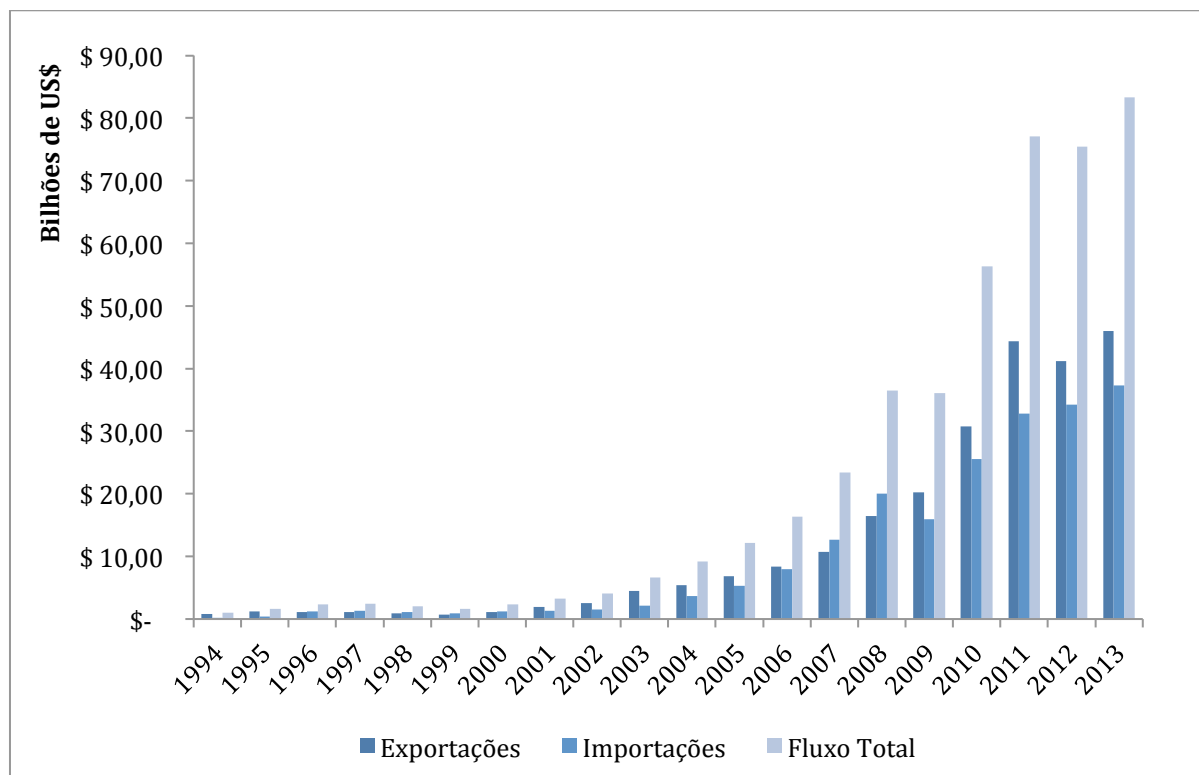
Fonte: *United Nations Comtrade Database*, elaboração da autora.

Nota: A base de dados do *Comtrade* diferencia Hong Kong e China.

Através do Figura 5, abaixo, pode-se ver que o fluxo comercial bilateral cresceu de maneira representativa nos últimos 20 anos – de 1994 a 2013, sendo que apenas a partir de 2002 o comércio realmente se intensificou de modo contínuo, representando 96% do fluxo total do período. Sendo assim, para um recorte mais específico da evolução das trocas comerciais com a China, serão estudados mais a fundo os anos de 2002 a 2013.

Exceto pelos anos de 2007 e 2008, desde o início deste século o Brasil tem tido uma balança comercial superavitária com a China, exportando mais do que importando. No entanto, entre 1994 e 2013, as importações cresceram a um ritmo mais do que três vezes maior (3,4 vezes) do que as exportações: as importações brasileiras desde a China cresceram quase 190 vezes, enquanto as exportações brasileiras para a China cresceram 56 vezes. Estas informações estão evidenciadas na figura 5, a seguir.

Figura 5 - Exportações, Importações e Fluxo Total de Comércio com a China, da perspectiva brasileira, de 1994 a 2013



Fonte: *United Nations Comtrade Database*, elaboração da autora.

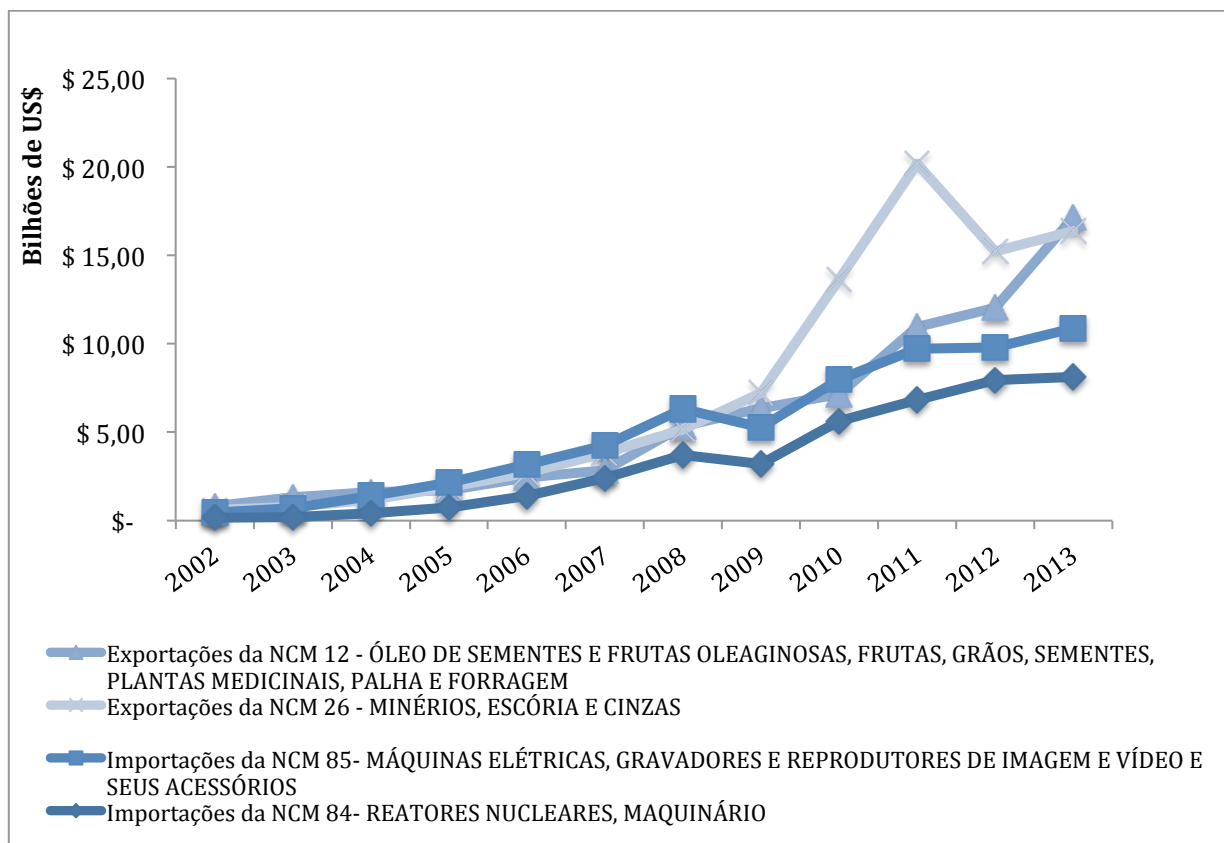
Já em termos qualitativos, a partir da Figura 6 vê-se que as principais exportações brasileiras no período foram *commodities*. Dentre os produtos que se enquadram na NCM 12⁷, o principal exportado pelo Brasil foi a soja em grãos, que em 2013 representou 99,8% do total (17 bilhões de dólares). Quanto à NCM 26, seu principal produto exportado é o minério de ferro, que em 2013 representou 97% do total (16 bilhões de dólares). Pode-se ainda perceber que 2011 ocorreu um pico de demanda chinesa por esta *commodity*. As principais importações brasileiras da China no período se concentraram nas NCM 85 e 84, que são equipamentos eletroeletrônicos e maquinário, respectivamente – produtos manufaturados de alto valor agregado.

Entre 2002 e 2013, as importações de eletrônicos chineses pelo Brasil cresceram cerca de 2300%: de USD 455 milhões para USD 10,8 bilhões. Em 2013, a representatividade da China nas importações de produtos eletrônicos e elétricos pelo Brasil foi de 33%, ou seja, um

⁷ NCM significa "Nomenclatura Comum do Mercosul" e trata-se de um código de oito dígitos estabelecido pelo Governo Brasileiro para identificar a natureza das mercadorias e promover o desenvolvimento do comércio internacional, além de facilitar a coleta e análise das estatísticas do comércio exterior. Os primeiros dois dígitos correspondem à "família" do produto.

terço das importações brasileiras de eletrônicos foi proveniente daquele país.

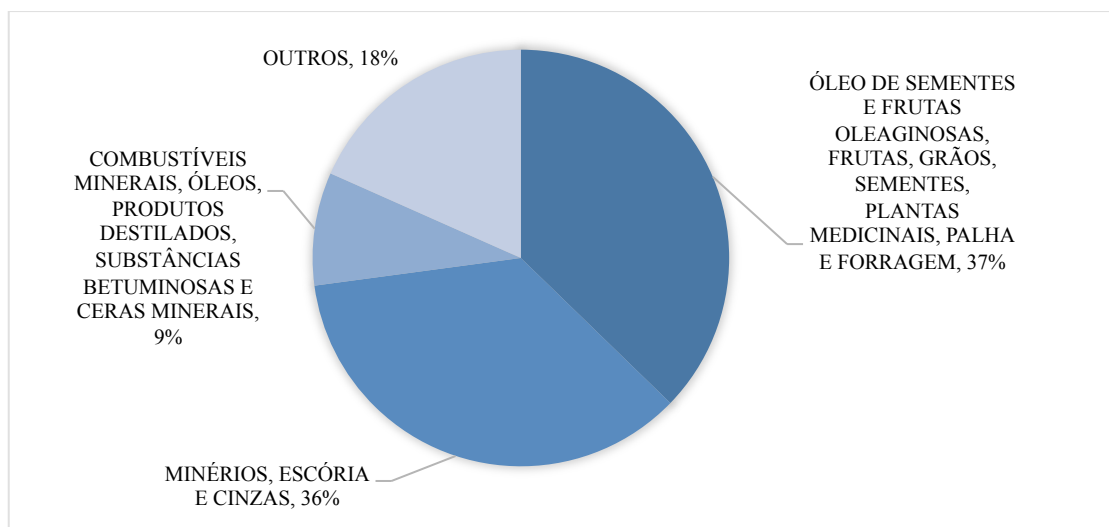
Figura 6 - Evolução das principais trocas comerciais, da perspectiva brasileira, de 2002 a 2013



Fonte: *United Nations Comtrade Database*, elaboração da autora.

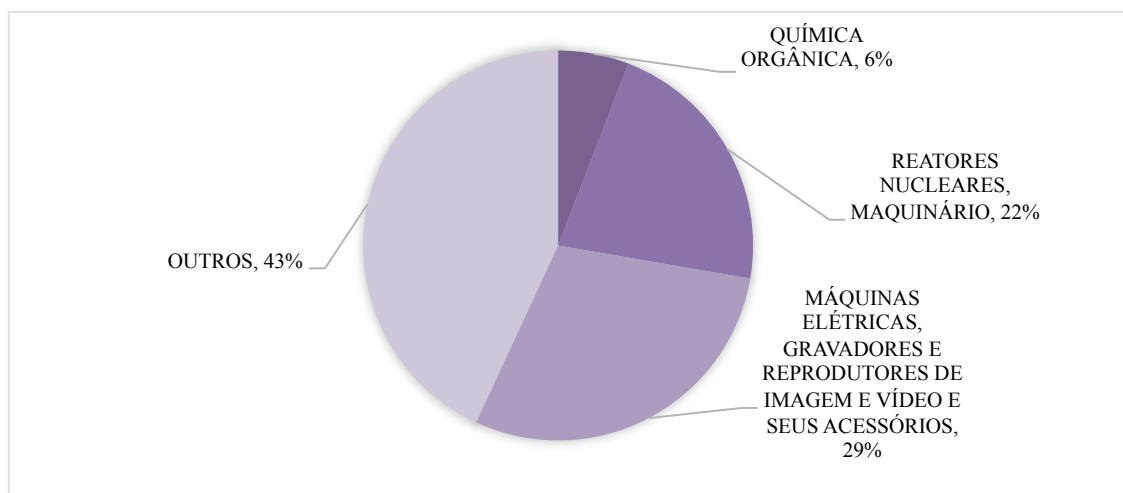
Conforme a Figura 7 demonstra, em 2013, as principais exportações do Brasil para a China foram: óleos de sementes e frutas, grãos, plantas e forragem (37%), minérios (36%), e combustíveis minerais (9%). As principais importações brasileiras da China, no mesmo ano, foram máquinas elétricas, gravadores e reprodutores de imagem e vídeo (29%), e reatores nucleares e maquinário (22%), além de produtos de química orgânica (6%), representados na Figura 8. É perceptível, pois, a assimetria entre o que o Brasil importa e exporta.

Figura 7 – Principais exportações brasileiras para a China, em 2013



Fonte: *United Nations Comtrade Database*, elaboração da autora.

Figura 8 – Principais importações brasileiras da China, em 2013



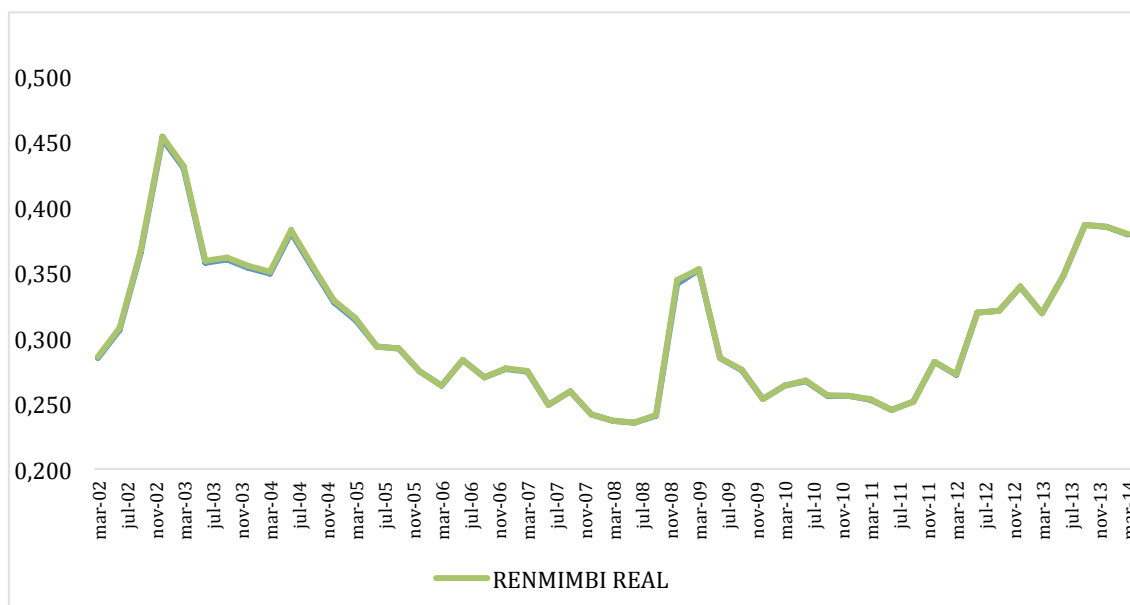
Fonte: *United Nations Comtrade Database*, elaboração da autora.

A China absorveu 39% das exportações mundiais (realizadas por todos os países do globo) da NCM 26 (minérios, escória e cinzas) e 33% das exportações mundiais da NCM 12 (óleos de sementes, frutas, grãos, sementes, plantas medicinais, palha e forragem), em 2013. Com isso, a China, ao mesmo tempo que vem permitindo resultados importantes na balança comercial brasileira, também representa, de algum modo, uma ameaça às exportações e à saúde da mesma, que tem se tornado cada vez mais dependente da demanda chinesa por recursos naturais e energéticos. Sobre essa dependência, questão que será melhor abordada no próximo capítulo, cabe assinalar: “China is seen not only as a clear competitor, but also one in

which it is difficult to neutralize with policy interventions as the fear of retaliation on the commodity trade is too high” (PEREIRA E NEVES, 2010).

Um grande fator de incentivo às importações brasileiras na última década foi a tendência de apreciação do real, fato observado a partir de novembro de 2002⁸. Com exceção dos anos de 2008 e 2009, marco da crise da bolha imobiliária, o real se valorizou até novembro de 2011, conforme mostra a Figura 9. Nesta mesma figura percebe-se que, desde o fim de 2011 até os dias atuais, a situação está se revertendo, com o real sendo continuamente desvalorizado em relação ao Yuan chinês. Este fato que tem dificultado a manutenção das importações chinesas pelo Brasil sem que a inflação de preços seja repassada aos consumidores. Por outro lado, as exportações têm sido favorecidas por este panorama.

Figura 9 – Câmbio Yuan/Real, de 2002 a 2014



Fonte: Banco Central do Brasil, Elaboração da autora. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>

Quanto às exportações brasileiras, é importante frisar que no período de 2002 a 2013 a China teve uma alta na demanda por recursos energéticos e alimentares, com vistas a concretizar seus planos de desenvolvimento. Com a rápida e crescente urbanização chinesa, a demanda por esses recursos cresceu significativamente na última década. Portanto, as

⁸ Ao adotar elevadas taxas de juros com relação ao resto do mundo, para combater a inflação, o Brasil vem atraindo um fluxo crescente de investimentos que procuram rentabilidades mais expressivas. Como resultado, o real tem se valorizado ao longo dos últimos anos. (THORSTENSEN, 2011).

informações mostradas nas figuras acima indicam um crescimento comercial ascendente até 2011, quando começa uma tendência de estabilização.

Esta observação pode ser extrapolada para a América Latina: na última década o crescimento do subcontinente foi impulsionado pela alta demanda chinesa por commodities, mas esta tendência está se invertendo. Com exceção do gás e petróleo, o preço das commodities, em geral, caiu para um quarto em relação ao patamar de 2011, conforme será mostrado no capítulo seguinte. Segundo dados da revista *The Economist* (2014), A região, que cresceu em média 4,3% de 2004 a 2011, registrou apenas 2,6% em 2013.

O receio de que esta demanda recue, como já está acontecendo, é unânime dentre os países latinos. Logo, o desafio de longo prazo, não apenas para o Brasil, mas para todos os países da região, é administrar e reinvestir a “bonança” advinda da alta na demanda chinesa. O economista chefe do Banco Mundial para a América Latina, Augusto de la Torre, pontuou que o investimento dos países latino-americanos no período recente, em quase 25% do PIB, pelo menos se equiparou àquele do leste asiático. No entanto o Brasil, com 18%, é o retardatário do grupo (*THE ECONOMIST*, 2014).

Um problema comercial entre os países tem sido o alto número de medidas antidumping do Brasil contra a China. O Brasil assinou um “Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Comércio e de Investimento”, em 2004, mas este não é autoaplicável. Na prática, então, a China não tem sido reconhecida como economia de mercado, pois a Câmara de Comércio Exterior brasileira (CAMEX) não formaliza o reconhecimento feito na esfera política (AGUIAR, 2007).

Para que o Memorando de Entendimento tenha efeito sobre os procedimentos de defesa comercial, faz-se necessária a publicação da Circular SECEX, explicitando a decisão da CAMEX de que se pode dispensar tratamento de economia de mercado a determinado país. Em diversas resoluções da CAMEX que prorrogam direito antidumping contra a China, como as de número 56 e 80, de 2013, reconhece-se que, para fins de procedimentos de defesa comercial, a China não é considerada como uma economia predominantemente de mercado. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça, em decisão proferida em 2008, ratificou que:

O "Protocolo de Acessão da República Popular da China à Organização Mundial de Comércio" (integrado ao direito brasileiro pelo Decreto 5.544/2005) não conferiu a esse País, desde logo, a condição de país predominantemente de economia de mercado. Segundo decorre de seus termos, a acessão da China ao Acordo da OMC foi aprovada para ocorrer de forma gradual e mediante

condições. Justamente por isso, o art. 15 do Protocolo reservou aos demais membros da OMC, durante quinze anos, a faculdade de utilizar, nos casos de investigação de prática de dumping que envolvam produtos chineses, a metodologia aplicável a países que não sejam predominantemente de economia de mercado. (RESOLUÇÃO CAMEX NO. 80, 2013)

O protocolo de acesso da China à Organização Mundial do Comércio permite que os demais membros posterguem até 2016 seu reconhecimento como economia de mercado. Com a entrada nessa organização, a China conseguiria se defender de inúmeras barreiras impostas às suas exportações, através do mecanismo de resolução de controvérsias disponível. Mas, se o país denunciado por dumping for considerado como economia planificada, e não como economia de mercado (ocorrência frequente nas denúncias contra a China), o preço de exportação do produto em denúncia será comparado com o preço de exportação ou do mercado doméstico de um terceiro país, ao invés de comparado com o preço do mercado doméstico do país denunciado (AGUIAR, 2007).

O cenário descrito desfavorece muito a China nas disputas da Organização Mundial do Comércio, inclusive nas que possuem o Brasil como parte denunciante, e a única saída para aquele país é provar que a indústria em denúncia opera conforme as regras de mercado. O Brasil vem, pois, se valendo deste instrumento para evitar a concorrência excessiva dos manufaturados chineses no mercado interno, tendo em vista a blindagem de determinados setores nacionais contra os preços praticados pelo gigante asiático. Para se ter uma ideia, de 1992 a 2008 o Brasil iniciou 123 processos de investigação *antidumping*, sendo que 43 deles (34,9% do total) tinham a China como país a ser investigado (BAUMANN, 2009).

No que tange ao investimento direto externo (IDE) entre os países, as aquisições chinesas de empresas brasileiras entre 2009 e 2010 cresceram de US\$ 0,4 bilhão para US\$ 14,9 bilhões, sobretudo nos setores de petróleo (US\$ 10,17 bilhões) e na exploração do pré-sal brasileiro, financeiro (US\$ 1,8 bilhão), mineração (US\$ 1,22 bilhão) e energia elétrica (US\$ 1,72 bilhão) (ACIOLY *et al*, 2011). Assim, o padrão de IDE chinês refletiria uma estratégia de garantir o suprimento de recursos naturais e tentativa de influenciar o preço desses setores.

Em 2010, o China investiu 20 bilhões de dólares no Brasil, sendo metade deste montante direcionado ao pré-sal. Também destacam-se os investimentos destinados ao agronegócio brasileiro, com a tentativa de aquisição de terras brasileiras para produção de alimentos e bioenergia (*ibid.*, 2011).

Importante destacar o quão difícil é precisar os números acerca dos Investimentos chineses no Brasil. No geral, existem variações entre as diferentes fontes, como o Banco Central, o CEBC, a CEPAL e a rede Nacional de Informações sobre Investimentos – RENAI.

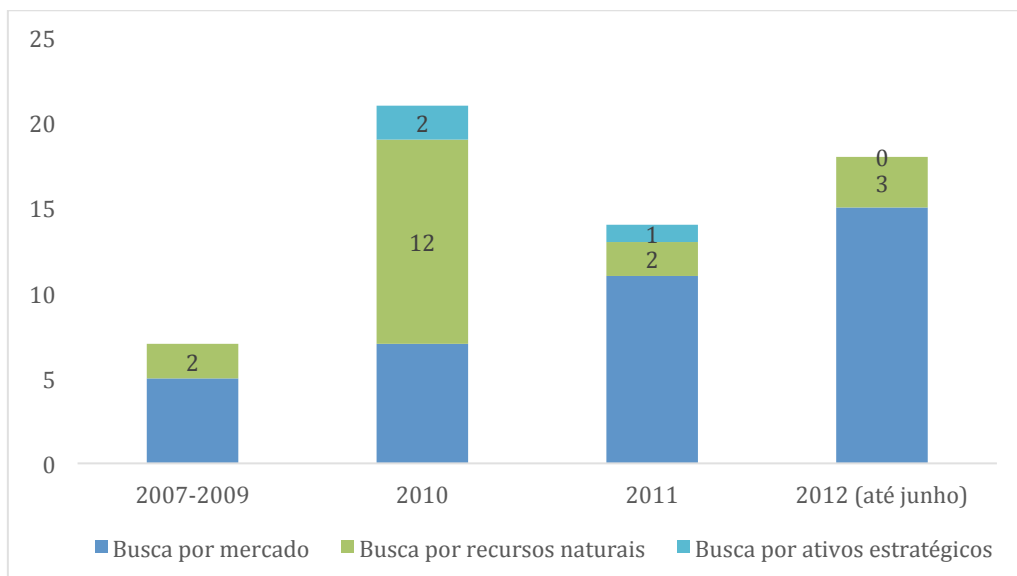
A maioria dos investimentos chineses na América Latina, segundo Gallagher (2010) é “resource-seeking”, pois seu destino principal são os setores estratégicos, que servem como fonte de fornecimento para a demanda chinesa. No segundo plano de investimentos, encontrar-se-iam os investimentos do tipo “market-seeking”, que buscam adentrar os mercados da região latina, e os “efficiency-seeking”, localizados especialmente no Uruguai e México, para que estes países sirvam como plataformas de exportação a terceiros mercados.

No Brasil, o investimento em setores mais produtivos parece estar acima da média latina. Segundo o relatório “Uma Análise dos Investimentos Chineses no Brasil: 2007-2012”, desenvolvido pelo Conselho Empresarial Brasil China (FRISCHTAK *et al*, 2013), a maioria dos projetos⁹ de investimentos, nos últimos anos, tem sido favorável à busca por mercados, conforme mostra a Figura 10.

O número de projetos de busca por recursos naturais foi predominante apenas no ano de 2010, mesmo ano em que houve dois projetos em busca de recursos estratégicos. Em 2011 e 2012, porém, os projetos destinados à busca por mercado foram cerca de cinco vezes maiores do que aqueles. Segundo os autores do relatório supracitado, existe uma distorção no perfil de investimentos chineses no Brasil, que leva em conta apenas o panorama de 2010.

⁹ A análise deste estudo leva em conta o número de projetos de investimentos chineses no Brasil, divulgados pela mídia. Segundo os autores, esta metodologia se justifica pois os investimentos no setor primário da economia, possuem ordem de valor muito superior em setores relativos à indústria, e porque nem sempre a relação direta entre montante investido e impacto na economia é muito clara. Um exemplo disto está na comparação do Investimento da Sinopec (petróleo), cujo valor for de US\$ 7,1 bilhões e gerou 640 empregos, e da Chery (automóveis), que investiu US\$ 400 milhões, mas gerou 1,2 mil empregos.

Figura 10 – Projetos de Investimento chineses no Brasil, por modo de ingresso, janeiro de 2007 a junho de 2012



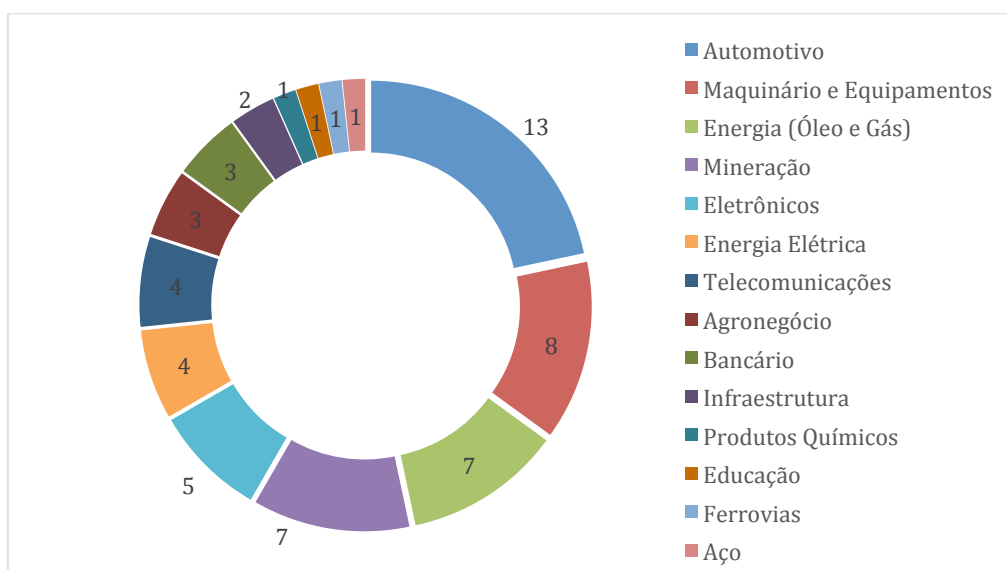
Fonte: CEBC. Elaboração da Autora.

Em entrevista com líderes de empresas chinesas que investiram no país, foi constatado que o interesse pelo mercado não se restringia apenas ao Brasil: o ingresso destas empresas deveria atender, também, a demanda dos demais países latinos.

Empresas do setor automotivo, como Chery e JAC, do setor de máquinas e equipamentos, como a Sany e a XCMG, e do setor de eletrônicos, como Foxconn e Lenovo, anunciaram que seus investimentos em fábricas no Brasil também terão capacidade para atender ao mercado latino-americano, planejando, assim, exportar parte de sua produção. (FRISCHTAK *et al*, p.46, 2013)

A Figura 11 contempla número de projetos de investimentos por setor da economia, no período de janeiro de 2007 a junho de 2012. No total, 18 projetos foram destinados ao setor primário da economia, 28 ao setor secundário e 14 ao setor terciário. Com isso, evidencia-se a necessidade de questionar se, realmente, os interesses chineses no Brasil estão primordialmente relacionados à busca por recursos naturais e estratégicos.

Figura 11 – Projetos de Investimento da China no Brasil, por setor da Economia – janeiro de 2007 a junho de 2012



Fonte: CEBC. Elaboração da Autora.

Vale salientar que a maioria dos investimentos (57%) é do tipo *greenfield*, ou seja, relacionados a novas indústrias ou negócios. Este tipo de investimento pode produzir encadeamentos positivos na economia, uma vez que aciona outras indústrias (especialmente a indústria de construção civil) e gera novos empregos. Observe-se que 35% dos investimentos são Fusões e Aquisições, e 8% são *Joint-ventures* (FRISCHTAK *et al*, 2013). De qualquer forma, segundo Thorstensen (2011), é preciso que o governo brasileiro se atente para os investimentos chineses, pois, além de alguns deles reforçarem a especialização em produtos primários, outros inserem indústrias chinesas no país, que competirão com as nacionais pelo mercado interno brasileiro.

A China opera no Brasil, na indústria, especialmente no setor de bens de consumo. A produção se concentra em algumas plantas, como a Lenovo, AOC (ambas produtoras de computadores), a Gree (ar condicionado), Jialing (motocicletas), Huawei (telecomunicações), dentre outras (SHIN, 2008, *apud* BAUMANN, 2009). A China também se faz presente no setor de maquinário e equipamentos, tendo fornecido componentes para a ThyssenKrupp's Companhia do Atlântico e para a planta da Gerdau em Minas Gerais, a Usiminas (BAUMANN, 2008).

Na outra via, vê-se que o IDE brasileiro na China é irrisório, devido, dentre outros fatores, ao alto grau de protecionismo chinês. Em 2002, a Empresa Brasileira de Aeronáutica - Embraer fez uma joint-venture com a empresa estatal chinesa China Aviation Industry

Corporation II (AVIC II), chamada Harbin Embraer Aircraft Industry, para a produção de aeronaves de porte médio. A Embraer detém 51% do capital da fusão. Em 2005, a Motores WEG, maior produtora de motores elétricos no Brasil, também seguiu o caminho da internacionalização e abriu uma planta produtiva em Jiangsu. Em 2006, a primeira empresa privada brasileira, Embraco, se uniu ao grupo chinês SnowFlake, em Beijing (BAUMANN, 2008).

Cabe destacar que o gerente da Embraer em Pequim demonstrou preocupação, em junho de 2006, na ocasião da venda das aeronaves à Hainan Airlines¹⁰, diante da possibilidade de que a imposição das salvaguardas brasileiras à China prejudicasse a concretização do negócio em questão. Biato Júnior (2010) destaca, pois, que, ao tentar penetrar em setores mais estratégicos da economia chinesa, os passos brasileiros devem ter cuidado redobrado, e o Brasil será compelido a administrar eventuais dificuldades advindas das relações comerciais com aquele país.

A despeito de algumas iniciativas como estas, o investimento brasileiro na China tem múltiplos fatores limitadores, como a dificuldade de poupança por parte dos investidores brasileiros e, conseqüentemente, a dificuldade de internacionalização das empresas brasileiras. Este último limitador reflete, em grande parte, os baixos índices de produtividade e competitividade, se comparados ao padrão de grandes multinacionais. Portanto, conforme Acioly et al. (2011) destacam, o pequeno volume de IDE brasileiro na China é fruto tanto da pequena quantidade de empresas brasileiras capazes de se internacionalizar, como das restrições regulatórias do governo chinês para setores considerados estratégicos.

* * *

Conforme visto neste capítulo, as exportações brasileiras para a China estão concentradas em produtos primários, enquanto as importações trazem produtos industrializados, especialmente máquinas e eletrônicos. A competitividade da indústria chinesa, somada à sua alta demanda por recursos naturais, estimulam a continuidade deste padrão nas trocas com o Brasil, que tem se beneficiado em termos absolutos.

No entanto, não se pode prever até quando este modelo trará benefícios ao Brasil, caso o papel de “exportador de commodities” seja aceito e continuado, por três principais fatores:

¹⁰ A operação Hainan Airlines foi concluída em 20 de agosto de 2006, com a aquisição pela empresa chinesa de 50 aviões do modelo ERJ145 e 50 aviões do modelo ERJ190. O valor do contrato atingiu cerca de US\$ 3 bilhões de dólares (Biato Júnior, 2010).

primeiro, pela concorrência imposta à indústria nacional, que atualmente não possui condições de competir com o nível de preços chinês; segundo, a demanda chinesa por recursos alimentares e energéticos sofreu um *boom* na última década, elevando os preços destes produtos, mas tende à estabilização; e terceiro, pois o aumento da presença da China em terceiros mercados brasileiros já é visível, e pode representar uma ameaça às exportações brasileiras de produtos industrializados e ao nível de integração regional existente.

O capítulo a seguir abordará estes pontos com mais precisão.

4 AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: AMEAÇA OU OPORTUNIDADE?

Não obstante o crescente fluxo de comércio e de interação institucional entre a China e o Brasil no século XXI, a ascensão chinesa impõe reconhecer que se configurou uma reestruturação na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, que novos desafios estão a ser encarados pelo Brasil. Por conta do dinamismo e do comportamento daquele país, seus produtos possuem alta competitividade, e intimidam a indústria brasileira. Convém observar também a presença chinesa na América como potencial ameaça.

Mas, para além de desafio e ameaça, pode-se dizer que a aproximação com a China apresenta oportunidades para o Brasil, atualmente e em um futuro próximo?

4.1 A ASSIMETRIA DAS PAUTAS EXPORTADORAS E A PRESENÇA DA CHINA EM MERCADOS BRASILEIROS

Como se viu anteriormente, na última década a alta demanda chinesa por recursos naturais pressionou o preço de *commodities* em direção a níveis recordes. O intercâmbio comercial entre estes países aumentou consideravelmente, tornando a China o principal parceiro comercial do Brasil. É importante questionar, no entanto, se este intercâmbio é sustentável a longo prazo.

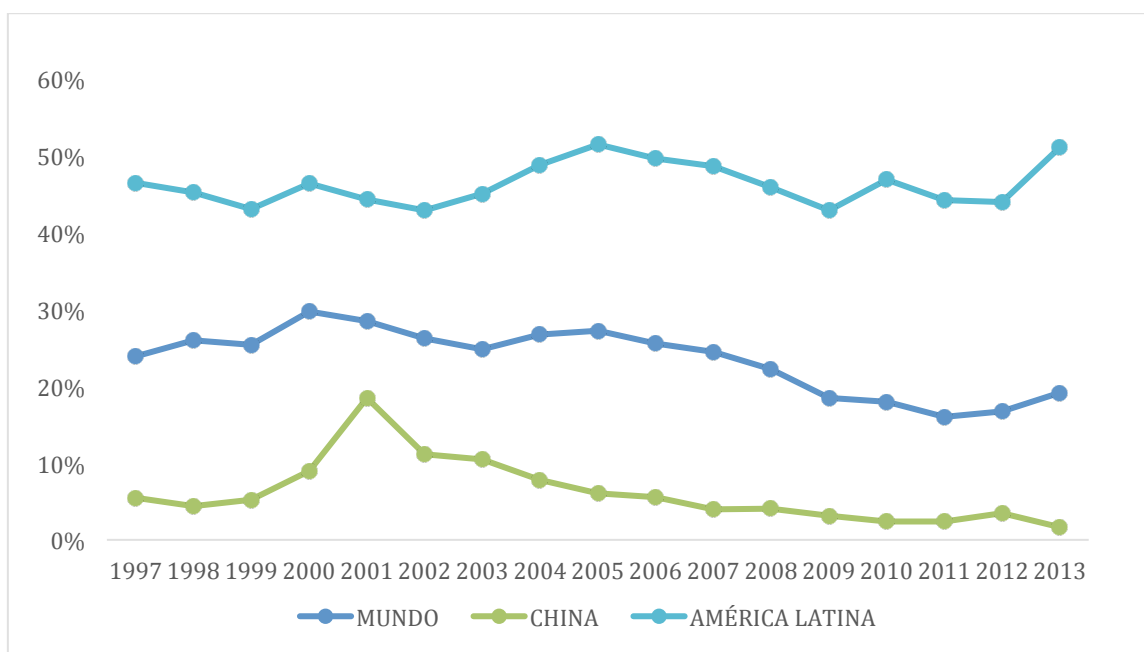
Gallagher (2010) pontua que o *boom* na demanda chinesa – o qual contribuiu para impulsionar o crescimento em países da América Latina na última década – pode não ser sustentável e, mesmo que seja, as conseqüências tendem a não ser positivas, visto que a China pode acentuar a dependência da região pela exportação de *commodities*. Essa análise acrescenta, ainda, que os manufaturados chineses são mais competitivos do que aqueles da América Latina, tanto no mercado doméstico quanto internacional. Estes dois fatores poderão colocar em xeque o crescimento da América Latina no longo prazo.

Sendo assim, vislumbram-se duas principais tendências a serem observadas de perto pelo Brasil, que podem afetar o valor das exportações brasileiras e a presença dessas vendas em terceiros mercados: o aprofundamento da “commoditização” da pauta exportadora, estimulado pela demanda chinesa por recursos naturais nos anos 2000, e a falta de competitividade da indústria nacional frente à indústria chinesa.

A partir da Figura 12 abaixo, vê-se que o índice de exportações brasileiras de produtos

industrializados¹¹ em direção à China e ao mundo vem decaindo desde 2001. Por outro lado, as exportações brasileiras desses produtos para a América Latina continuaram relativamente estáveis, na casa dos 50% do total exportado para esta região. Tais dados demonstram a proeminência das exportações de produtos primários na pauta exportadora do Brasil, porém, também evidenciam que a América Latina constitui potencial destino para os produtos industrializados brasileiros. Faz-se mister, pois, que o Brasil atente para o comportamento da presença chinesa neste entorno.

Figura 12 – Brasil: participação dos produtos industrializados nas exportações totais - 1997 a 2013

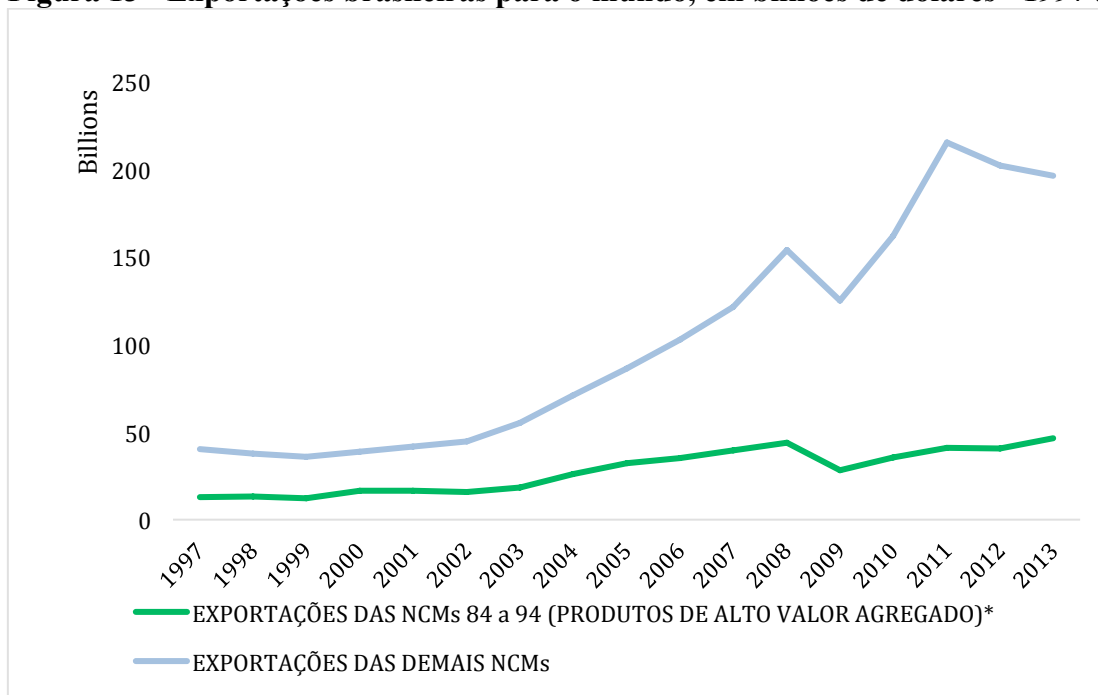


Fonte: MDIC. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Elaboração da autora.

Ao analisar mais a fundo as exportações brasileiras por destino, percebe-se que o percentual de produtos primários destinados ao Mundo e à China vem crescendo com mais intensidade do que os produtos industrializados, os quais, por sua vez, permanecem relativamente estáveis (Figuras 12 e 13). Já as exportações brasileiras para a América Latina possuem uma composição bastante equilibrada entre produtos primários e produtos industrializados (Figura 14).

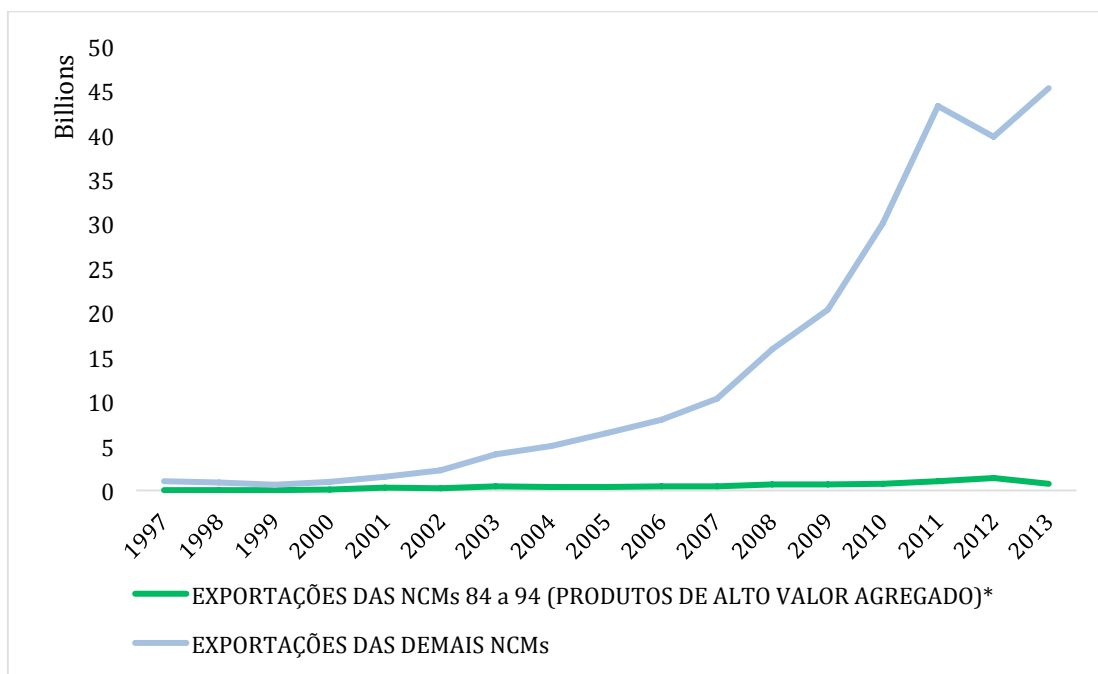
¹¹ A autora selecionou famílias de NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) para a construção a figura 12: famílias 84 a 94. As denominações das NCMs utilizadas podem ser encontradas no Anexo 2.

Figura 13 - Exportações brasileiras para o mundo, em bilhões de dólares - 1997 a 2013



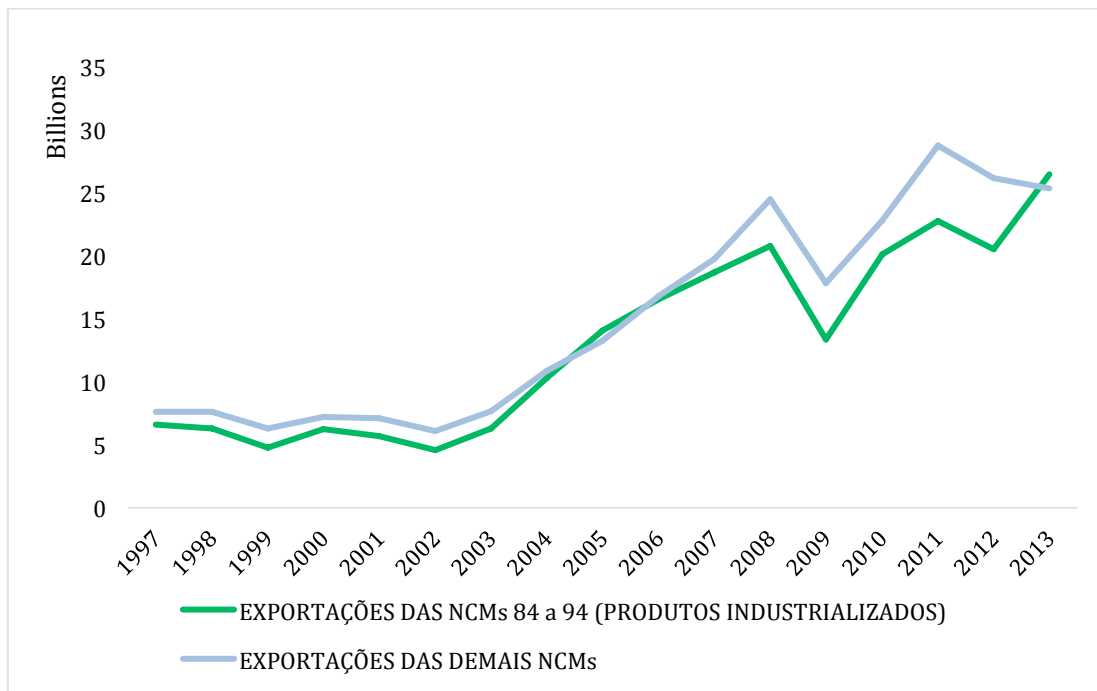
Fonte: MDIC, Alice Web. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>.
Elaboração da autora.

Figura 14 - Exportações brasileiras para a China, em bilhões de dólares - 1997 a 2013



Fonte: MDIC, Alice Web. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>.
Elaboração da autora.

Figura 15 – Exportações brasileiras para a América Latina, em bilhões de dólares - 1997 a 2013



Fonte: MDIC, Alice Web. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>.
Elaboração da autora.

Outra questão de extrema importância para o Brasil refere-se à crescente presença chinesa em mercados nos quais o primeiro comercializa intensamente, inclusive em termos históricos. Chang e Bohrer (2010) destacam que, na medida em que se aprofunda a penetração da China nos mercados da América do Sul, ocorre o deslocamento do comércio intrarregional, e que, por isso, o Brasil começou a perder participação no mercado dos países membros da Associação Latino Americana de Integração - ALADI. Esses autores também destacam que entre 2006 e 2009 a exportação de produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica diminuiu, ao passo que houve aumento na exportação de bens de média-baixa intensidade tecnológica.

Segundo Pereira e Neves (2011), apesar de uma retórica, nos discursos oficiais brasileiros, de que Brasil e China protagonizam relações do tipo Sul-Sul, a relação que se desenha é do tipo Norte-Sul, na qual o Brasil seria exportador de *commodities* e importador de manufaturados chineses. Os autores acrescentam, ainda, que é evidente o olhar da China para o Brasil como fonte de recursos naturais, e não como parceiro no sentido estratégico e político.

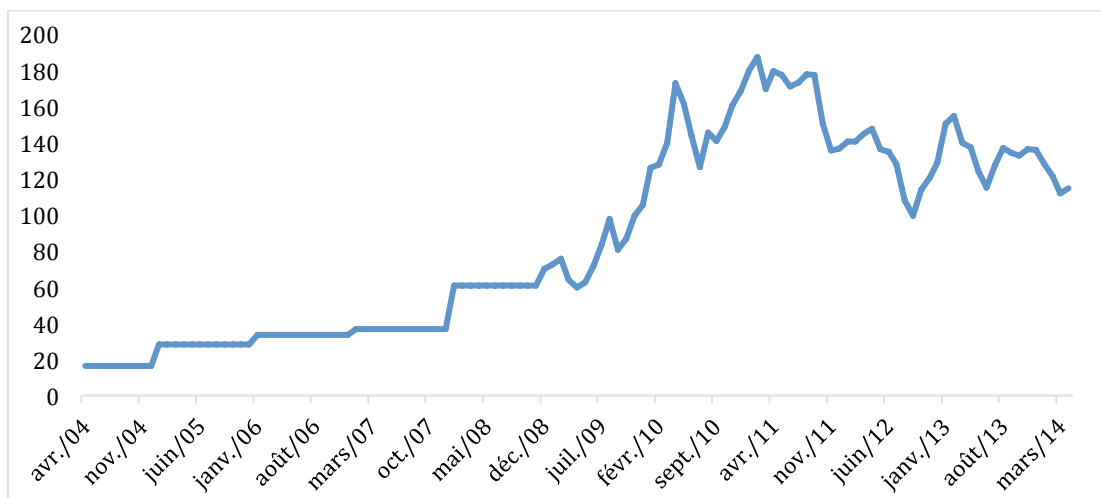
O grande perigo reside na especialização regressiva da pauta exportadora brasileira, fato que vem se delineando sob a influência de dois fatores: a alta na demanda chinesa por produtos primários nos anos 2000, e os investimentos chineses no Brasil, tanto no setor primário da economia quanto no setor secundário.

No que se refere ao primeiro fator, percebe-se que a alta na demanda chinesa tende a estabilizar-se, e, por conseguinte, as altas nos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil também. Conforme destacado anteriormente, a China parece ter alcançado um nível de desenvolvimento que proporciona a estabilização na demanda por recursos alimentares e energéticos. O crescimento das cidades naquele país parece ter chegado ao seu ápice, assim como o êxodo rural, inclusive porque o governo chinês tem atuado no sentido de “interiorizar” o crescimento econômico, algo aparentemente prioritário na sua política. Além disso, os investimentos chineses ao redor do globo, em seu movimento de “*go global*”, seguiram as diretrizes de autossuficiência energética e alimentar.

As figuras de números 16 a 19, a seguir, corroboram esta tendência, ao evidenciar que o preço das *commodities* tende à estabilização, ou mesmo ao declínio. Percebe-se que os preços dos produtos mais exportados pelo Brasil para a China cresceram por alguns anos da década passada, e hoje tendem à estabilização: no caso da soja, o crescimento foi de 2004 a 2008, no caso do minério de ferro o crescimento mais representativo foi de 2004 a 2010.

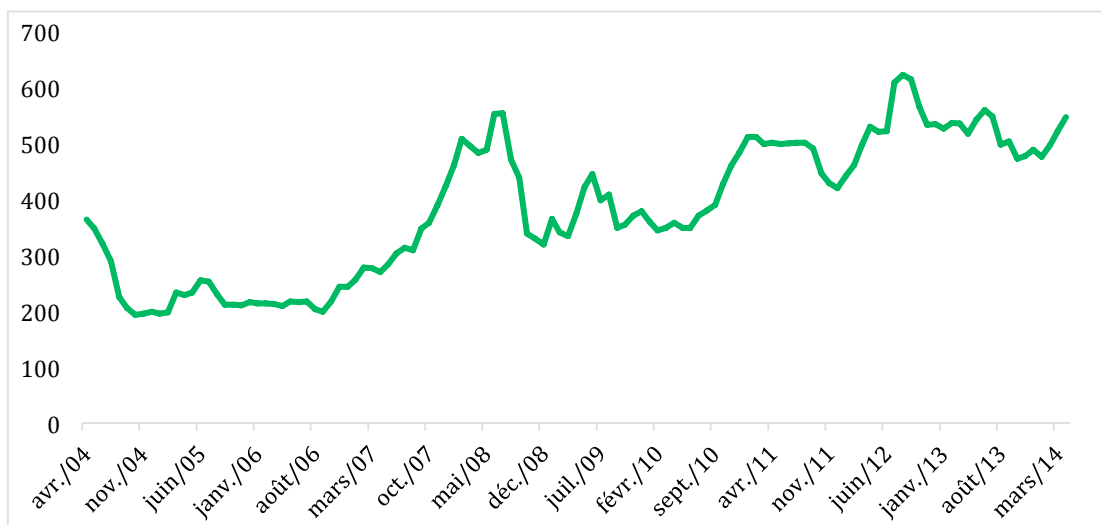
Desde então, o minério de ferro, que teve seu pico em fevereiro de 2011, tendo custado 187,18 dólares por tonelada métrica seca, em abril de 2014 registrou 114,58 dólares pela mesma tonelada, uma queda de aproximadamente 38%. A soja, por sua vez, teve seu pico em abril de 2012, com 622,91 dólares por tonelada, contra 547,19 dólares em abril de 2014, uma queda de 12%.

Figura 16 – Evolução do preço do minério de ferro, de 2004 a 2014, em dólares por tonelada métrica seca



Fonte: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>. Elaboração da autora.

Figura 17 - Evolução do preço da soja, de 2004 a 2014, em dólares por tonelada



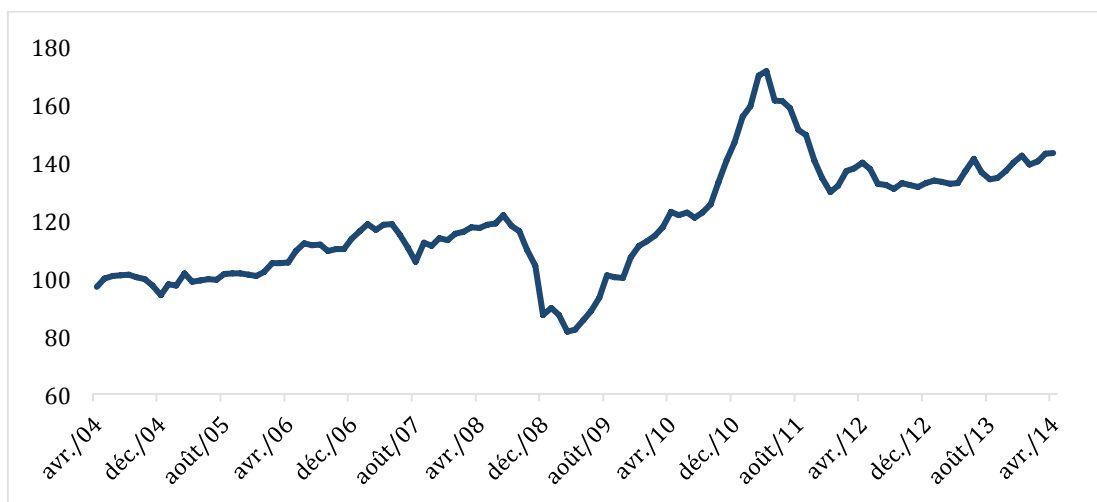
Fonte: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>. Elaboração da autora.

O Fundo Monetário Internacional também levanta estatísticas sobre o preço de matérias-primas agrícolas, mostradas na Figura 18. O preço é composto por cereais, bebidas, frutos do mar, carne, vegetais e produtos oleaginosos. Tais matérias-primas possuem suave tendência ao crescimento, sendo notório o pico dos preços durante os anos da crise da bolha imobiliária, 2009 e 2010. Apesar de haver crescimento dos preços destes produtos nos últimos

10 anos, com projeção de continuidade desta tendência, são produtos de baixo valor agregado, que prejudicam os termos de troca do país especializado em sua exportação.

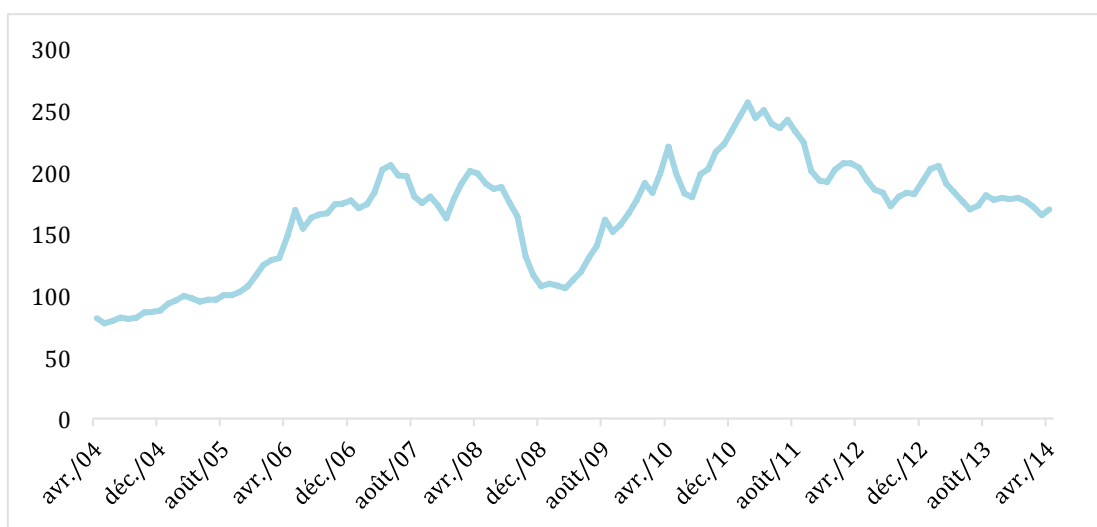
Na Figura 19 vê-se que o preço dos metais - composto por cobre, alumínio, ferro, níquel, zinco, chumbo, urânio e estanho – cresceu de 2004 a 2010 (acompanhando os dados do gráfico 16), mas depois tende à queda.

Figura 18 - Evolução do preço das Matérias Primas Agrícolas, de 2004 a 2014, em dólares por tonelada



Fonte: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>. Elaboração da autora.

Figura 19 - Evolução do preço dos Metais, de 2004 a 2014, em dólares por tonelada



Fonte: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>. Elaboração da autora.

Para além da tendência de estabilização, ou mesmo queda, no preço das principais *commodities* exportadas pelo Brasil para a China, quais sejam minérios de ferro e soja, os efeitos das oscilações nas taxas de câmbio parecem consideráveis. Isto porque, enquanto o Yuan segue desvalorizado em relação ao dólar, resultante de uma política cambial autoritária do Estado chinês, o Real tem oscilado entre valorização e desvalorização, gerando insegurança para os setores industriais brasileiros.

Um estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES – mostrou que entre 2005 e 2010 a China foi responsável pelo aumento de dois terços do coeficiente de importação brasileiro, especialmente no que tange produtos intensos em trabalho e em conhecimento (PUGA E NASCIMENTO, 2010). Em material elétrico e eletrônico, os produtos da China já respondem por quase 20% do consumo brasileiro. Segundo o estudo, a entrada dos produtos chineses tem representado uma complementação à atual estrutura produtiva brasileira, ou seja, as importações têm aumentado em setores nos quais o Brasil é menos competitivo – complexo eletrônico, têxtil, material elétrico, vestuário e máquinas e equipamentos. Mas é justamente nestes setores, no entanto, que o Brasil deve avançar, caso queira agregar valor à sua pauta exportadora.

Segundo Barbosa (2011), o Brasil é um dos países mais afetados pela ascensão chinesa. Apesar de Brasil o Brasil ter sido favorecido pela “loteria de commodities”¹², não possui um padrão de especialização estruturado para atender aos Estados Unidos, e conta com uma produção interna bastante diversificada. O nível de diversificação produtiva faz com que sofra uma forte pressão competitiva chinesa naqueles setores industriais de maior valor agregado, que ainda cumprem um papel importante para ativar o crescimento econômico. Somado a isto, a China ocasiona uma alteração nos movimentos comerciais intra Mercosul, comprometendo as possibilidades de complementação produtiva. Barbosa acrescenta ainda que, com isto, a suposta liderança econômica e política do Brasil na macrorregião latino-americana poderia ser, se não comprometida, ao menos atenuada.

De 2002 a 2010, o *share* chinês nas importações argentinas cresceu de 5,6% para 12,5%. O crescimento do Brasil foi menor no mesmo período, de 25,6 % para 31,4%. No setor de eletroeletrônicos domésticos, a China ultrapassou o Brasil e se tornou o principal exportador para a Argentina (PEREIRA E NEVES, 2011). No México, o *share* brasileiro passou de 1.3 % em 2002 para 1.4 % em 2010, enquanto o da China saltou de 2.6 % para 13.9 % (números do primeiro quadrimestre), uma diferença representativa. Mesmo que o Brasil

¹² A loteria de commodities tornaria privilegiados alguns países, por contarem com oferta ampla de certos produtos primários dos quais a China precisa.

tenha um acordo para o setor de automotivos com o México, está perdendo *market share* para a China nesse setor (*ibid.*)

Conforme a tabela 5 demonstra, as exportações da China para os países do Cone Sul – Argentina, Uruguai e Paraguai e Chile - se avolumaram significativamente nos últimos doze anos, se comparadas às brasileiras. Merece destaque a proporção das exportações chinesas para o Chile e para o Paraguai, que hoje representam mais do que as brasileiras. Além disso, o *gap* entre as exportações para a Argentina e o Uruguai decresceu consideravelmente: se antes as exportações chinesas para a Argentina e Uruguai representavam apenas 13% e 19% das brasileiras, respectivamente, hoje representam 56% e 79%.

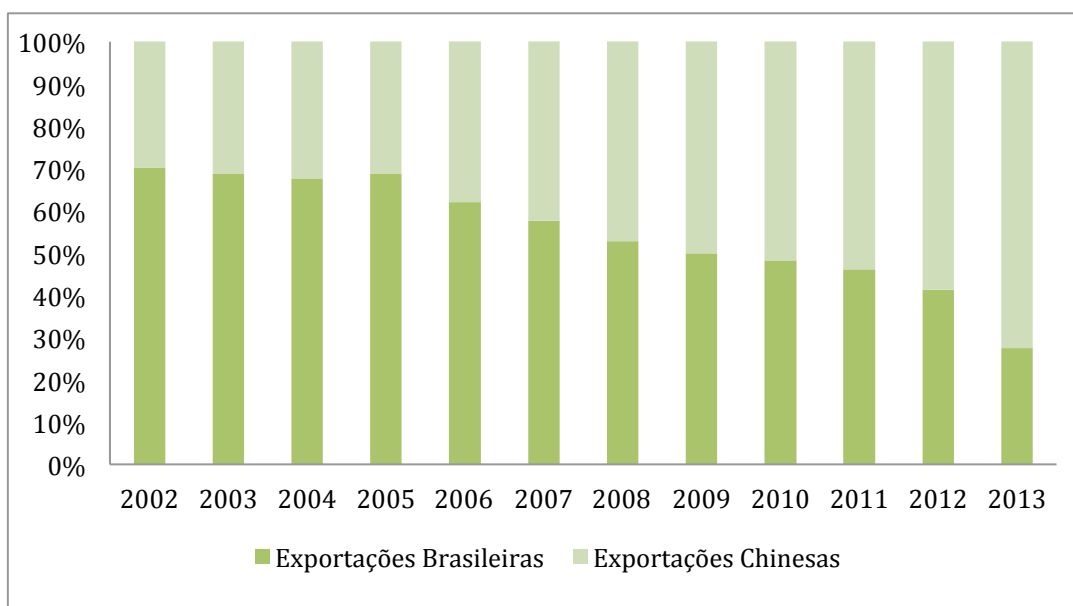
Tabela 5 – Proporção do valor das exportações chinesas em relação ao das brasileiras para a Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, em 2002 e 2013

País de destino	Exportações chinesas/Exportações brasileiras (em 2002)	Exportações chinesas/Exportações brasileiras (em 2013)
Argentina	13%	56%
Chile	68%	278%
Paraguai	41%	117%
Uruguai	19%	79%

Fonte: MDIC, Alice Web. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Elaboração da Autora.

Em relação à América do Sul como um todo, a presença chinesa é também mais significativa. A partir da figura 20, a seguir, é claro o arrefecimento das exportações brasileiras para a região, se comparadas ao aumento das exportações chinesas. Em 2002, o Brasil exportou 7,7 bilhões de dólares para a América do Sul, enquanto a China contabilizou 3,2 bilhões de dólares. O ano de 2009 representou o ponto de inversão, quando as exportações chinesas superaram as brasileiras em 27,4 milhões de dólares. Em 2013, as exportações chinesas são 2,6 vezes maiores que as brasileiras: 35,9 contra 13,6 bilhões de dólares.

Figura 20 – Proporção das exportações do Brasil e da China para a América do Sul, de 2002 a 2013

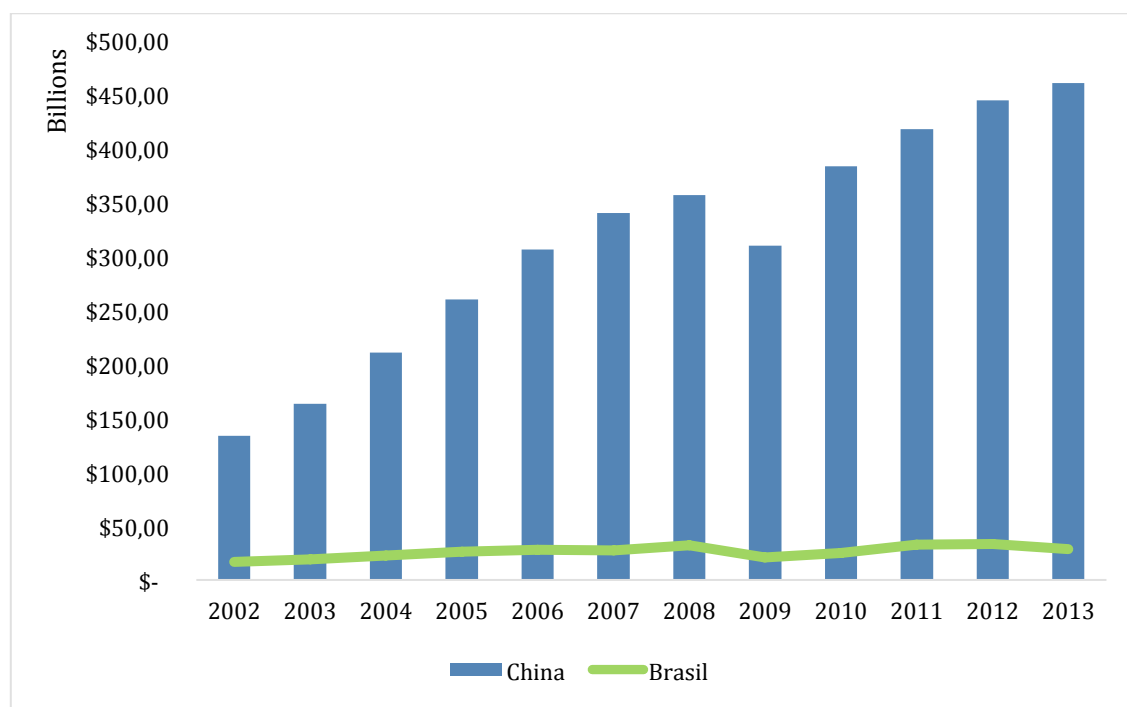


Fonte: MDIC, Alice Web. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Elaboração da Autora.

Não obstante o crescimento das exportações chinesas para a região latino-americana, este fluxo ainda é pequeno se comparado às exportações chinesas para mercados mais desenvolvidos. Em 2008, apenas 4% das exportações chinesas se dirigiram para a América Latina, já que mais de 50% dessas vendas tiveram como destinos os Estados Unidos, a Europa e o Japão, e 30% foram destinadas ao Leste Asiático (REDLAT, 2009). Percebe-se que a região não constitui, de fato, um mercado privilegiado para a China, e nem representa um parceiro comercial estratégico para esse país. Nesse contexto, pode-se considerar que o Brasil dispõe de tempo e margem de manobra para se posicionar, ou se reposicionar, de maneira a amenizar os efeitos da competição com a China na região.

Da mesma forma, o Brasil tem perdido espaço no mercado norte americano em decorrência das exportações chinesas para aquele país. A figura 21 mostra que as exportações brasileiras para os EUA permaneceram estáveis, enquanto as exportações chinesas para aquele país estão em constante crescimento, salvo no ano de 2009, quando foram registrados os fortes efeitos da crise da bolha imobiliária americana.

Figura 21 – Exportações do Brasil e da China aos Estados Unidos, de 2002 a 2013, em Bilhões de dólares



Fonte: *United Nations Comtrade Database*. Elaboração da autora.

De 2002 a 2013 o Brasil exportou aos Estados Unidos, principalmente: i) combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, substâncias betuminosas e ceras minerais; ii) ferro e aço; iii) reatores nucleares e maquinário e iv) aeronaves espaciais e suas partes (*United Nations Comtrade Database*, dados obtidos pela autora). Apesar de as exportações de combustíveis minerais continuarem mais favoráveis ao Brasil, merecem destaque a evolução das exportações chinesas de ferro e aço aos Estados Unidos, que no período cresceram 2,6 vezes mais que as brasileiras, e de aeronaves espaciais e suas partes, que obtiveram um crescimento 9 vezes superior ao brasileiro. As exportações chinesas de reatores nucleares e maquinário abriram, no período, um *gap* considerável com relação às brasileiras (*ibid.*), que se mantiveram estáveis. Sendo assim, o Brasil vem perdendo espaço no mercado estadunidense, em especial no que tange a produtos de maior valor agregado.

A China se tornou, em 2009, o principal exportador de produtos manufaturados para o mundo, com 15,9% do total, enquanto o Brasil figurava em 24º lugar, com apenas 0,7 %. Com efeito, “China has leapt over Latin America to become the most competitive exporter of

manufactured goods in the world – leaving 92 % of Latin America’s manufacturing exports under threat from China in 2009”¹³ (GALLAGHER, p.1, 2010).

O desafio brasileiro de enfrentar a crescente concorrência dos produtos chineses deve envolver múltiplas linhas de atuação, em especial a promoção da competitividade da indústria nacional. Isso impõe intensificar as iniciativas em curso para apoiar a inovação e o fortalecimento das cadeias produtivas (BNDES, 2010).

Concerning trade, Brazil may address the asymmetries of the bilateral Exchange with China by implementing industrial and innovation policies, through new legislation (tax reform, for example) and development agencies such as the BNDES, to increase the competitiveness of Brazilian firms and add value to brazilian exports¹⁴. (PEREIRA E NEVES, p. 27, 2011)

Conforme a balança comercial se torna mais assimétrica, é questionável se o Brasil tomará alguma ação para balancear a natureza de sua pauta exportadora. Conforme sublinhado por Frischtak *et al* (2013), muitas empresas que investem no Brasil têm a expectativa de que a partir desse país possam interagir com os demais países da América Latina. A visão brasileira é que, para que esses investimentos gerem, de fato, frutos que permaneçam no Brasil, deve-se priorizar investimentos na forma de *Joint Ventures*, ou de parcerias comerciais nas quais haja transferência de tecnologia e *Know how*.

Tendo isso em vista, aborda-se na seguinte seção uma relação de sucesso entre empresas privadas de ambos os países, Brasil e China, caracterizada pelo sentido de complementariedade de interesses e amenização da assimetria das pautas exportadoras.

4.2 ILUSTRAÇÃO DE INTERAÇÃO VIRTUOSA NAS RELAÇÕES INDUSTRIAIS BRASIL-CHINA: A CADEIA GLOBAL DE SUPRIMENTOS DA INTELBRAS S.A.

O estudo de caso acerca da Intelbras SA busca trazer uma visão empresarial dos vínculos sino-brasileiros, ao relatar com algum detalhe as interações desenvolvidas entre empresas privadas destes países. Conforme assinalado na parte do primeiro capítulo que fala sobre a metodologia deste trabalho, acredita-se que o estudo de caso da indústria de

¹³ “A China ultrapassou a América Latina para se tornar a mais competitiva exportadora de produtos manufaturados do mundo, deixando 92% dos bens manufaturados exportados pela América Latina sob ameaça da China, em 2009” (tradução da autora).

¹⁴ “No que se refere ao comércio, o Brasil pode tratar as assimetrias do intercâmbio bilateral com a China implementando políticas industriais e de inovação, através de novas legislações (reforma tributária, por exemplo) e agências de desenvolvimento como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento, para aumentar a competitividade de firmas brasileiras e agregar valor às exportações do país” (tradução da autora).

eletrônicos Intelbras tem importância como exemplificação de um fenômeno recente, localizado no presente, e que ilustra vínculos comerciais particulares com empresas chinesas parceiras.

O estudo de caso é realizado com base na observação da autora, em relatos de colaboradores da Intelbras, e em coletados na Intelbras SA sobre o volume de negócios dos departamentos de importação e exportação da empresa.

Esta seção aborda, primeiramente, a apresentação das atividades da Intelbras e de sua cadeia global de suprimentos. Em um segundo momento, apresenta-se um estudo sobre as interações desta empresa com um dos seus parceiros chineses, especificando a natureza deste vínculo e indicando alguns resultados logrados até o presente.

4.2.1 A INTELBRAS E A CHINA

A Intelbras foi fundada em 1976, e até hoje o seu capital é 100% nacional. A empresa é líder no mercado brasileiro de centrais telefônicas, telefones, centrais condominiais e circuitos fechados de televisão (para monitoramento de ambientes). Atua nas áreas de telecomunicações, Redes e Segurança eletrônica, além de soluções específicas para a esfera corporativa. Durante esta seção, os principais produtos comercializados pela empresa serão mencionados.

Com cerca de 2.000 empregados, sua capacidade produtiva se distribui em seis unidades fabris: matriz, parque fabril II e Automatiza, em São José/SC (região metropolitana de Florianópolis), e filiais em Santa Rita do Sapucaí (MG), em Blumenau (SC) e em Manaus (AM). A empresa possui um dos maiores centros de pesquisa e desenvolvimento privado da América Latina, além de uma das maiores redes de assistência técnica no mercado brasileiro, e obteve certificações de qualidade e meio ambiente, como a ISO 14001 e a ISO 9001.

Em 1996, a Intelbras iniciou suas atividades de exportação, embora o foco principal de suas atividades seja o mercado interno. Atualmente suas exportações possuem 19 destinos, ilustrados na Figura 22: Honduras, El Salvador, Guatemala, Panamá, Nicarágua, México, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Equador, Peru, Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina, Argélia, Angola e Moçambique. Seus mercados externos situam-se, portanto, na América Latina, em maior número, e na África.

Figura 22 – Destinos das exportações da Intelbras



Fonte: www.intelbras.com.br

Segundo Baumann (2009, p. 9), três fatores principais merecem destaque quando se trata de analisar o setor de eletrônicos no bojo das relações com a China: i) a demanda doméstica tem sido irrisória e a concorrência provocou redução nos lucros, logo as empresas chinesas estão buscando novos mercados na América Latina, onde a classe média está emergindo e acenando com elevação da demanda; ii) a maioria das medidas *antidumping* contra produtos chineses se refere à linha branca; e iii) companhias chinesas não têm capacidade de estabelecer etapas de produção em países desenvolvidos, o que torna a América Latina e a África destinos importantes para estas firmas.

A Intelbras tem sido um parceiro importante para empresas chinesas, no Brasil, no que tange ao primeiro fator: a expansão da oferta para novos mercados nos quais a classe média está em ascensão. O grande canal de vendas da empresa é um dos maiores atrativos aos parceiros chineses, devido à sua capilaridade: são mais de 9.000 pontos de varejo e 6.000 revendas corporativas, mais de 70 representantes comerciais e 720 assistências técnicas. Além disso, o setor de eletrônicos não têm sofrido as consequências de muitas investigações *antidumping* contra a China, o que facilita os intercâmbios comerciais neste setor.

A Intelbras importa alguns dos produtos de seu portfólio da China, mas em alguns casos já se começou a importar apenas os componentes e fazer a montagem no Brasil. Ainda que no caso da Intelbras a transferência de tecnologia não se dê de forma completa - pois o

gerenciamento de softwares utilizados nos produtos, por exemplo, faz com que parte importante fique retida na China - este tipo de vínculo já representa um grande passo para o Brasil, ao contribuir para a troca de conhecimento entre funcionários desenvolvedores de produto na China e no Brasil, e para a agregação de uma parcela de valor do produto em território nacional.

Com isso, hoje uma grande tendência na Intelbras orbita em torno do modelo de negócios CKD – *Complete Knocked Down* – e SKD – *Semi Knocked Down*. No primeiro caso, são importados kits do produto desmontado, e no segundo caso os kits chegam semidesmontados. Algumas linhas de produto da Intelbras já utilizam ambos modelos, em especial da Unidade de Negócios de segurança eletrônica e monitoramento. Os componentes são importados da China e a montagem é feita em uma das filiais da empresa, na Zona Franca de Manaus. Dessa forma, parte do valor agregado do produto é gerado no Brasil, criam-se empregos e ocorre a “movimentação” da economia local.

Este modelo de negócios é interessante para o país especialmente pelo fato de o valor agregado gerado ficar em mãos nacionais. Thorstensen (2011) já havia destacado possíveis encadeamentos positivos dos negócios CKD para o país, no setor automotivo, mas se quando se trata de envolvimento, no processo produtivo vinculado à montagem, de uma empresa de capital 100% nacional, como a Intelbras, a proporção destas positivities tende a ser mais significativa:

Com o aquecimento do mercado interno brasileiro nos últimos anos, tem se multiplicado o IDE da China voltado para o setor de manufaturas. Neste contexto, merece destaque o ingresso de montadoras da China no país. A inserção destas novas empresas, dependendo de suas modalidades de produção, pode trazer impactos consideráveis para este importante setor da indústria brasileira e para sua estrutura como um todo. Isto se deve ao fato de que a produção das montadoras da China em terceiros países tem se formatado no modo CKD (*completely knocked down*), em que todos os componentes necessários para montar o produto final são fornecidos pela própria matriz da empresa via importação. Caso se confirme tal modalidade em suas operações no Brasil, esse fato poderá acarretar impacto significativo em segmentos auxiliares à produção, como o de autopeças (THORSTENSEN, p. 9, 2011).

A política tributária federal da Zona Franca de Manaus contempla: i) Redução de até 88% do Imposto de Importação (I.I.) sobre os insumos destinados à industrialização; ii) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (I.P.I.); iii) redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como

prioritários para o desenvolvimento regional, calculados com base no Lucro da Exploração até 2013; iv) isenção da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins nas operações internas na Zona Franca de Manaus. A política tributária estadual, por sua vez, contempla a restituição parcial ou total, variando de 55% a 100% – dependendo do projeto – do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Sendo assim, os benefícios de custo adquiridos nestes modelos de negócio são, especialmente, os da esfera tributária brasileira. Além disso, existem vantagens locacionais oferecidas pelo Governo Federal, tais como terrenos a preços simbólicos e altos investimentos em infraestrutura.

Porém, o Polo Industrial de Manaus não representa vantagem competitiva para todos os tipos de produtos. Primeiro, porque o preço do conjunto dos componentes é mais elevado do que o produto final¹⁵. Segundo, porque muitos produtos prontos têm impostos baixos de importação, logo, o benefício fiscal não é tão atrativo. E, por fim, para produtos de baixo valor agregado, os custos de fabricação terão um peso muito grande na composição de custos do produto, sendo mais barato importá-lo já montado da China.

O produto chinês é muito competitivo devido a vários fatores, em sua maioria elencados no capítulo 2. Vale destacar que na China quase não existem associações de classe e sindicatos, o que barateia a mão de obra. Há indicações de que o governo vem aumentando os salários, mas, apesar disso, a China continua competitiva, pois muitas empresas trabalham com pequenas margens de lucro. Vê-se que as indústrias que exigem muita mão de obra e não têm automação, como vestuário e calçados, migraram países como Vietnã, Camboja e Bangladesh, mas nesses países a infraestrutura dificulta o escoamento da produção. No Brasil, a infraestrutura é também muito deficitária; somam-se a isso impostos elevados e uma legislação trabalhista que, na maioria das vezes, desestimula os empregadores. Com isso, o custo da produção nacional torna-se elevado em relação ao chinês.

Em um cenário econômico mundial altamente complexo e competitivo, é condição *sine que non* que as empresas busquem fontes de vantagem competitiva ao redor do globo. A APICS (Sigla em inglês para Associação dos Profissionais da Cadeia de Suprimentos e Gerência de operações) definiu *Supply Chain Management* (SCM) como o “[...] desenho, planejamento, execução, controle e monitoramento das atividades da cadeia logística, com o

¹⁵ Dois fatores contribuem para encarecer o preço do conjunto de componentes, em relação ao produto pronto: primeiro, o exportador chinês perde alguns benefícios fiscais do governo, que são conferidos apenas a produtos prontos, e segundo, existem custos produtivos relacionados à separação e acondicionamento dos componentes, inexistentes quando o produto já está acabado.

objetivo de criar valor, construir uma infraestrutura competitiva, tirar proveito da logística global, sincronizar o suprimento com a demanda, e medir a performance também de modo global”¹⁶. Nesse sentido, o gerenciamento de uma cadeia global de suprimentos na Intelbras, tendo como principal fonte de fornecimento a China, levou à incorporação de novas tecnologias, desenvolvimento de novos produtos, reduções de custo e maior competitividade da indústria.

Segundo Porter (1996), uma indústria é competitiva quando desenvolve uma estratégia empresarial eficiente para controlar as cinco forças principais que afetam o desempenho de determinada indústria: poder de barganha dos fornecedores, ameaça de novos entrantes, ameaça de produtos substitutos, poder de barganha dos clientes, e rivalidade entre os concorrentes, sendo esta última influenciada pelas quatro anteriores. Com uma cadeia global de suprimentos, todas estas forças são modificadas.

Essa cadeia pode ser também considerada pelo ângulo da dimensão espacial dos processos produtivos e das relações entre as atividades neles enfeixadas. O pano de fundo é o fato de, como sempre se observa na história do capitalismo, também na fase atual, assimilada à chamada globalização, o capital tender a buscar de novos espaços para se localizar. Vincula-se a isso, de uma maneira ou de outra, o fato de a Intelbras ter terceirizado parte de sua produção na China. Harvey (2013) teoriza como segue sobre esse tipo de problema.

A tensão entre a concentração geográfica da produção, por um lado, e a especialização e dispersão territorial, por outro, é muito evidente e não pode ser entendida independentemente do dinamismo tecnológico associado à acumulação de capital. Esses efeitos geográficos criam então oportunidades para os capitalistas individuais adquirirem excesso de lucro (temporariamente) mediante as mudanças de localização (HARVEY, 2013).

Para lidar com os produtos acabados importados, a Intelbras possui um núcleo em sua matriz, chamado “Negócios OEM”. O termo OEM se refere à expressão *Original Equipment Manufacturer*, e denota um modelo de negócios no qual o produto acabado não é produzido pelo próprio vendedor. A produção, nesse caso, é terceirizada. Este núcleo também gerencia os produtos CKD e SKD, montados em Manaus.

A área de Negócios OEM da Intelbras está inserida no departamento de Suprimentos da empresa. Abriga Analistas de Negócios, que gerenciam as carteiras de compras, e Analistas de Logística, responsáveis por trazer os produtos no tempo necessário, para atender a demanda de vendas. Além disso, existe um Planejador de Materiais que monitora os

¹⁶ APICS Dictionary. Disponível em: <http://www.apics.org/dictionary/dictionary-information?ID=4202>.

estoques, e assistentes/ estagiários que dão suporte aos analistas.

A Intelbras compra componentes eletrônicos da Ásia desde a década de 90. Inaugurou um escritório em Hong Kong em 2003, que migrou para Shenzhen em 2006. Em 2003, os primeiros brasileiros empregados pela empresa foram enviados para lá, onde se instalaram, e hoje a unidade conta com aproximadamente 40 colaboradores, dentre eles 4 brasileiros.

Ali são realizadas principalmente atividades de Compras, Qualidade e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A equipe de compras e *procurement* é responsável por: i) representar a Intelbras junto aos fornecedores na Ásia, utilizando-se de visitas frequentes, participação de feiras internacionais e eventos setoriais, mantendo a empresa atualizada com informações de mercado; ii) dar suporte ao processo de negociação e agilizar o desenvolvimento de projetos com fornecedores críticos, que necessitem atendimento in loco na Ásia; iii) identificar novas fontes de fornecimento e garantir a segurança do negócio; iv) recomendar tendências comerciais, tecnológicas e de produção junto aos Gerentes dos Segmentos nos quais a Intelbras atua.

Desde que a Intelbras iniciou sua cadeia global de suprimentos, a área de qualidade da empresa atua no sentido de assegurar o nível de qualidade dos produtos e dos fornecedores da empresa. Com isso, a equipe de qualidade na China é responsável por: i) auditar as fábricas e minimizar os riscos existentes no processo de aquisição; ii) desenvolver e aprovar os itens substitutos, junto à equipe de P&D; iii) solucionar problemas de qualidade encontrados durante o processo produtivo e interagir com fornecedores; iv) inspecionar todos os lotes produzidos antes do embarque, com acompanhamento dos *reports* de melhoria para lotes futuros, quando necessário.

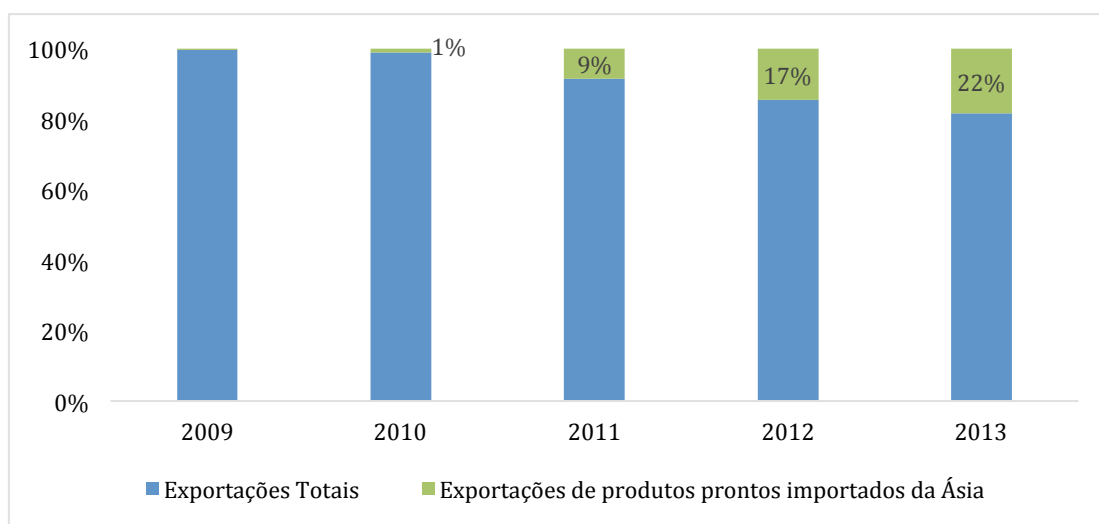
Por fim, a equipe de P&D visa maior velocidade no desenvolvimento de produtos, através da realização de testes no laboratório próprio da Intelbras em Shenzhen, e em laboratórios terceirizados. Contudo, a grande maioria dos colaboradores de P&D está na matriz da empresa, no município de São José, sendo necessário que o fornecedor chinês envie diversas amostras ao Brasil, para teste. Todos os produtos em desenvolvimento passam por testes específicos, tais como: desgaste por abrasão, resistência ao álcool, força, elasticidade, queda, névoa salina, dentre outros. Alguns produtos, ainda, deverão ser submetidos à homologação da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, ou do Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

É importante destacar que as equipes de P&D da Intelbras e dos fornecedores trabalham em conjunto para adequar o produto ao mercado brasileiro, sendo alguns produtos

da China, inclusive, reexportados pela Intelbras para a América Latina e a África. Desta forma, os produtos são personalizados e exclusivos. Em geral, a Intelbras importa amostras brutas do fornecedor, e passa a trabalhar em modificações e aperfeiçoamentos referentes ao software, hardware ou design. Várias rodadas de testes são feitas para assegurar que as mudanças foram frutíferas e agregaram valor ao produto.

A figura 23 mostra a participação dos produtos OEM nas exportações da empresa. Percebe-se que a maioria das exportações é composta por produtos de fabricação e tecnologias nacionais, o que não exclui o fato de que a maioria dos componentes utilizados – cerca de 70% - são importados da China. Entretanto, vale destacar que a reexportação dos produtos OEM (produtos prontos, importados) e dos Kits de produtos importados, que são montados na Zona Franca de Manaus, vêm crescendo nos últimos três anos. Em 2014, estes produtos representaram 22% do total exportado pela Intelbras. Neste caso, a empresa brasileira atua como intermediária na cadeia de valor, como o principal canal de escoamento dos produtos de seus parceiros chineses, não apenas no Brasil, mas também na América Latina. Este posicionamento é altamente estratégico para evitar a entrada das empresas chinesas de modo direto no mercado brasileiro (e latino), e fazer com que o lucro fique retido no país.

Figura 23 – Representatividade dos produtos importados nas exportações da Intelbras, de 2007 a 2013, em milhares de dólares



Fonte: Intelbras, elaboração da autora.

Esta relação com a China, se continuada, demonstra uma possibilidade de contornar os problemas ligados à investida das exportações chinesas para essa região, e firmar a presença da marca brasileira nos mercados vizinhos. Convém ressaltar que este tipo de fluxo é

interessante para as empresas chinesas que, por inexperiência, não possuem o conhecimento necessário dos mercados brasileiro e latino. Num certo sentido, pode-se inclusive falar da necessidade, por parte de fabricantes chineses, do tipo de arranjo que o vínculo com a Intelbras representa. Portanto, isso reforça a ideia interesse mútuo, e de complementaridade entre as partes.

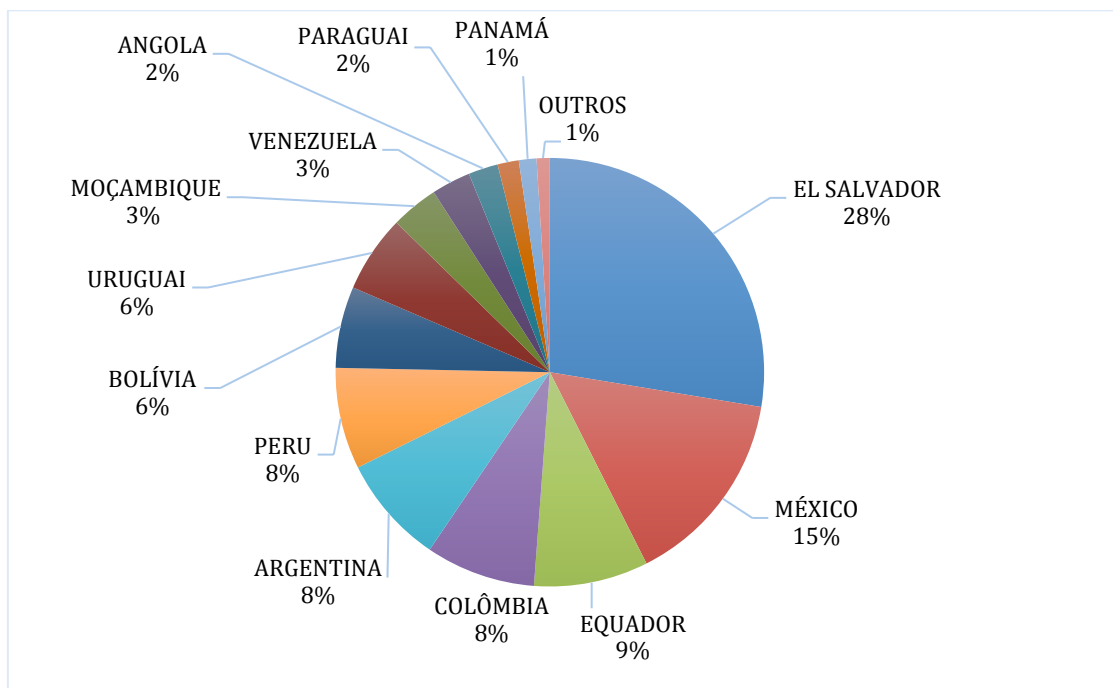
Quanto à representatividade de cada Unidade de Negócios¹⁷ no total dos produtos OEM exportados pela Intelbras, percebe-se os produtos destinados ao Consumo são os mais exportados, com um crescimento de 14 vezes entre 2010 e 2013, sendo os telefones os principais itens desta carteira. Em segundo lugar, estão os produtos destinados aos canais corporativos, como terminais com conexão à rede (*Power Over Internet*), seguidos dos produtos de redes e segurança eletrônica, especialmente câmeras de vigilância.

A partir da figura 24 pode-se perceber que os principais destinos das exportações de produtos importados da China, pela Intelbras, nos últimos 6 anos, foram: El Salvador, com 28%, seguido do México, com 15%, Equador, com 9%, e Colômbia, Argentina e Peru, todos com um 8%. O México representa um caso particular, pois, além de constitui um dos principais destinos das exportações da Intelbras, conta com a existência de uma filial de vendas da Intelbras, na Cidade do México. Atualmente, alguns produtos já são levados da China diretamente para lá (este fluxo não está incluso nas estatísticas deste trabalho), e a tendência é que esta operação direta cresça nos próximos anos.

A filial mexicana está em processo de reestruturação, e a Intelbras pretende dar mais foco às operações da mesma, com vistas a expandir seu mercado naquele país. O mercado é bastante similar ao brasileiro, e por isso os produtos se adequam muito bem, sendo necessário realizar, apenas, algumas modificações no software e nos materiais gráficos, para que se tornem bilíngues (português e espanhol).

¹⁷ A Intelbras é dividida em diversas Unidades de Negócio, sendo importantes para este trabalho quatro delas: i) Intelbras Consumo: focada em produtos de varejo como telefones, radiocomunicadores e antenas; ii) Intelbras redes: focada em produtos como modems, switches e conversores de mídia e soluções de banda larga; iii) Intelbras Corporativo: dedicada a soluções para empresas, como terminais telefônicos e softwares ; e iv) Intelbras Segurança: destinada a câmeras de monitoramento e gravadores de vídeo, alarmes e sistemas de comunicação condominial, dentre outros.

Figura 24 - Participação dos produtos importados da China nas exportações da Intelbras por país de destino - 2007 a 2013



Fonte: Intelbras. Elaboração da autora.

A filial mexicana está em processo de reestruturação, e a Intelbras pretende dar mais foco às operações da mesma, com vistas a expandir seu mercado naquele país. O mercado é bastante similar ao brasileiro, e por isso os produtos se adequam muito bem, sendo necessário realizar, apenas, algumas modificações no software e nos materiais gráficos, para que se tornem bilíngues (português e espanhol).

É importante destacar que a área de qualidade da Intelbras tem sido fundamental para garantir a sustentabilidade do suprimento asiático, haja vista que os funcionários envolvidos executam auditorias constantes nas fábricas dos fornecedores. Tais auditorias acontecem, em suma, em resposta a quatro tipos de necessidades: para que se possa desenvolver um produto com um novo fornecedor, para que novas linhas de produto possam ser desenvolvidas com fornecedores correntes, para se assegurar que um fornecedor corrente mantém seus processos com excelência, e para auditar uma fábrica nova de um fornecedor corrente.

Quem realiza as auditorias são funcionários chineses da Intelbras, integrantes da equipe de qualidade da China. Alguns aspectos observados na prática das auditorias são, por exemplo, a estrutura geral da fábrica, limpeza, métodos de organização e controle da produção, tratamento dado aos funcionários, verticalização das atividades inerentes ao processo produtivo, automatização dos processos, equipamentos de testes e controle da

qualidade, dentre outros. Após a auditoria, é elaborado um relatório com notas para cada quesito avaliado. A nota geral da fábrica pode variar de zero a dez, sendo zero a pontuação máxima de qualidade e dez a pontuação mínima. O fornecedor só está apto a fornecer para a Intelbras se obtiver uma nota entre zero e dois. Se sua nota for entre dois e quatro, está aprovado com restrições, tendo que implementar algumas melhorias sugeridas pela Intelbras, através de um plano de ação.

Com efeito, a Intelbras tem colaborado para melhorar os níveis de organização e a metodologia de produção de seus parceiros chineses. Além disso, conforme já pontuado nesta seção, a Intelbras atua como um dos principais canais destas empresas no Brasil, quando não o único. Em contrapartida, estabelece-se um vínculo de confiança e um relacionamento saudável com a empresa brasileira, com algumas transferências de expertise e *know how*, em um ambiente fértil para inovações em conjunto. Logo, a complementaridade e conjugação de interesses representam os nomes principais do jogo.

Quanto ao setor de produtos eletrônicos, não se pode precisar por quanto tempo a China vai continuar sendo o maior exportador do mundo, mas é certo que os fabricantes chineses possuem grande *know how* e gozam de inserção automática no que concerne aos componentes. Da mesma forma, não se pode precisar por quanto tempo a Intelbras, bem como outras empresas, encontrará parceiros na China aptos a fornecer produtos competitivos. No entanto, hoje, este país ainda representa um campo fértil para concretização de parcerias e negócios.

4.2.2 O DESENVOLVIMENTO DE UM PARCEIRO CHINÊS

Nesta subseção, será estudado o caso do parceiro chinês X, que teve uma efetiva melhora em seus níveis de qualidade graças ao acompanhamento *in loco* da equipe da Intelbras.

Conforme dito anteriormente, a Intelbras possui um rígido controle de qualidade, com auditoria de todos os fornecedores, e acompanhamento contínuo dos níveis de qualidade dos lotes de produtos. Dependendo do volume de negócios previsto, e quando necessário, a Intelbras apoia o desenvolvimento do parceiro chinês, através de sugestões de melhorias nos processos produtivos, implementação de métodos de organização, acompanhamento de não conformidades em lotes de produtos, dentre outras ações.

Desta forma, existe um vínculo muito frutífero: enquanto o parceiro chinês oferece a tecnologia, a Intelbras posiciona o produto no mercado brasileiro, e oferece suporte aos processos e ao crescimento do fornecedor. Os gráficos abaixo ilustram um exemplo de consultoria dada ao parceiro X, fornecedor de câmeras, entre junho e agosto de 2013, na qual um colaborador da Intelbras acompanhou *in loco* seus processos de produção e armazenagem, e também seus serviços terceirizados – toda a cadeia de fornecimento foi, desta forma, monitorada e acompanhada. O objeto primordial do acompanhamento foi identificar as razões de problemas de não conformidade com as necessidades da Intelbras e de qualidade não satisfatória.

A Intelbras iniciou sua atuação no mercado de segurança eletrônica com a aquisição da empresa brasileira Maxcom, em 2007, especialista na fabricação de equipamentos de segurança para condomínios, hospitais, restaurantes, clínicas e residências. A Maxcom opera hoje como uma filial da Intelbras, em Minas Gerais. Também em 2007 começaram os esboços para o desenvolvimento de câmeras de segurança e gravadores digitais de vídeo (Digital Vídeo Recorder - DVR), equipamentos que integram o Circuito Fechado de Televisão (CFTV) junto às câmeras de segurança. Mais recentemente, a empresa também adquiriu a Engesul, em Blumenau, especialista em segurança contra incêndios, e a Automatiza, em São José, especialista em controle de acesso.

O fornecedor chinês em questão iniciou sua parceria com a Intelbras em 2008, com o fornecimento de câmeras de monitoramento. Em 2011, iniciou-se a importação dos Kits de componentes para montagem em Manaus, sendo o primeiro parceiro da Intelbras a adotar tal modelo de negócios. O volume de negócios foi aumentando gradualmente, até adquirir proporções grandes no volume total de compras da Unidade de Negócios de Segurança eletrônica. Era preciso estruturar e dar apoio ao fornecedor, para garantir entregas com a qualidade desejada e no prazo estabelecido. O volume de negócios evoluiu cerca de 791% de 2010 a 2013. A tabela abaixo demonstra esta evolução, em percentuais:

Tabela 6 –Volume de negócios da Intelbras com o fornecedor X, de 2010 a 2013

Ano	Volume de Negócios com o parceiro X, em relação ao total da carteira de compras da Unidade de Negócios de Segurança da Intelbras	Participação dos itens destinados à montagem na Zona Franca de Manaus, em relação ao total importado do parceiro X pela Intelbras
2010	21%	0%
2011	13%	39%
2012	33%	74%
2013	33%	89%

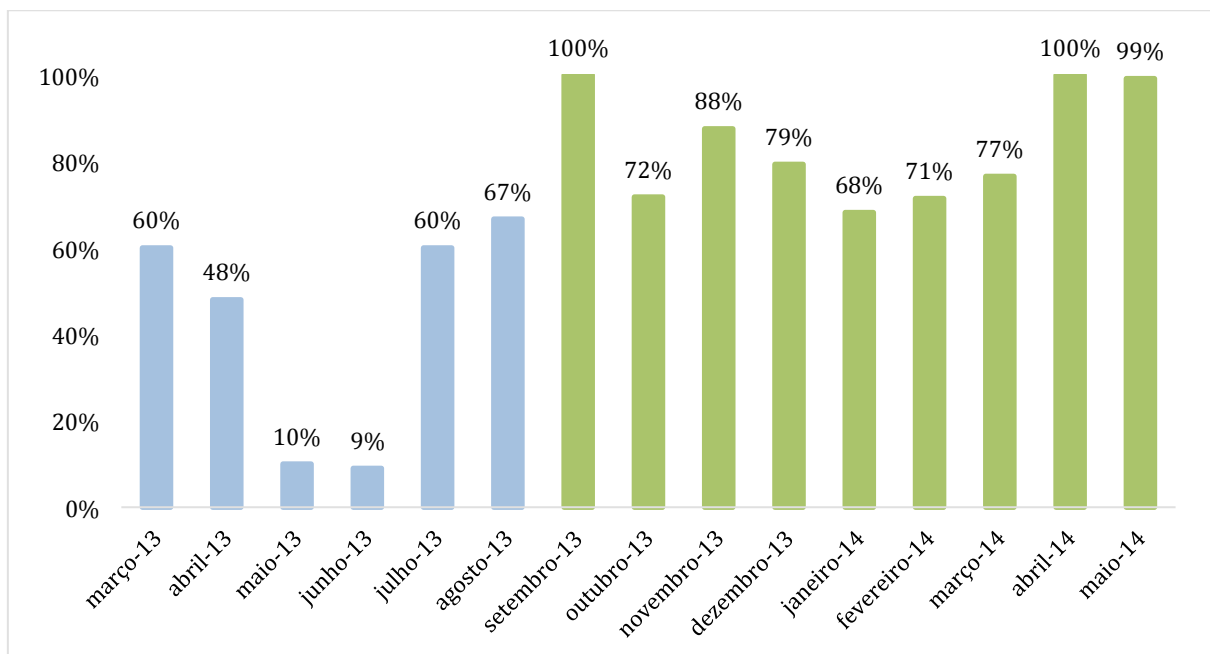
Fonte: Intelbras, elaboração da autora.

A maioria das sugestões da Intelbras refere-se ao processo produtivo do parceiro em questão. À empresa de fabricação do *case* da câmera (fornecedor do parceiro X), foram sugeridas mudanças no acondicionamento e transporte das peças, troca da base utilizada para colocação de parafusos, controle mais frequente do processo pelo auditor de qualidade da fábrica, melhor padronização das cores do *case*. À empresa de pintura dos *cases* das câmeras, foram sugeridas novas metodologias para que a camada ficasse mais homogênea, e testes para medir a espessura e a aderência da pintura, de acordo com padrões internacionais.

Realizou-se uma análise de materiais utilizados nas câmeras, e verificou-se que alguns componentes poderiam ser retirados do produto, sem que houvesse nenhum prejuízo à performance do mesmo, mas sim redução de custos de material e mão de obra. Como exemplos de melhorias, podem ser elencados a redução do comprimento do cabo da câmera e a exclusão de suportes, parafusos e proteções (esponjas). Por fim, a equipe da Intelbras sugeriu uma máquina para testes de infiltração de água no vidro da câmera, que foi projetada especificamente para este fim.

Percebe-se que, após a implementação das sugestões de melhorias da Intelbras, houve uma alta na taxa de aprovação das inspeções de lotes de produtos. A média de aprovação, que antes beirava 40% (março a agosto de 2013), passou a ser de 85% (setembro de 2013 a maio de 2014), números que podem ser visualizados na Figura 26.

Figura 26 - Taxa de aprovação das inspeções de lotes dos produtos importados do parceiro X, em %, de março de 2013 a maio de 2014

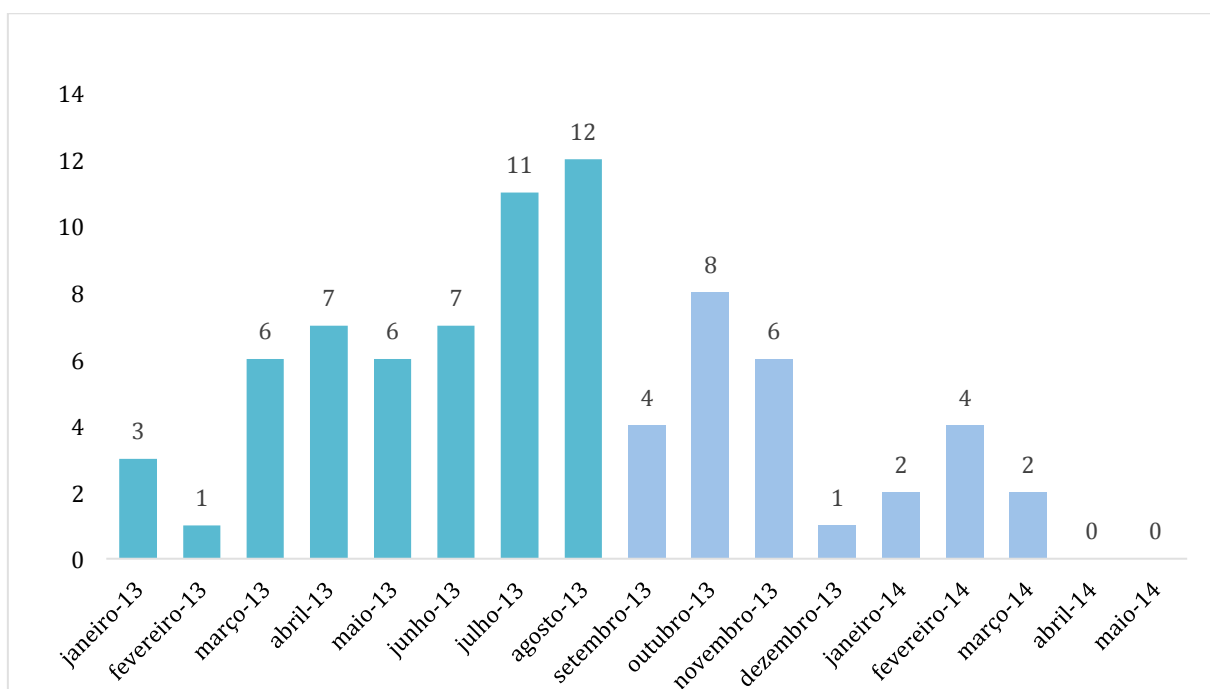


Fonte: Intelbras, elaboração da autora.

Quanto às não-conformidades dos kits de componentes destinados à filial da Intelbras de Manaus, diminuíram de uma média de 7 ocorrências (janeiro a agosto de 2013) para uma média de 3 ocorrências (setembro de 2013 a maio de 2014), de acordo com a Figura 27.

Importante destacar que a Intelbras não embarca lotes reprovados nas inspeções, ou com não conformidades. Exige-se, do parceiro, que o lote seja devidamente retrabalhado para atingir as especificações pré-estabelecidas de comum acordo. Após o retrabalho o lote é inspecionado novamente, e assim sucessivamente, até que seja aprovado.

Figura 27 - Não Conformidades nos lotes inspecionados, do parceiro X, com destino a Manaus, janeiro de 2013 a maio de 2014



Fonte: Intelbras, elaboração da autora.

Com isto, percebe-se que se estabeleceu uma parceria salutar, de complementaridade entre as partes envolvidas. Do lado brasileiro, oportunizou-se o crescimento das vendas neste nicho de mercado, através do fornecimento de produtos exclusivos pelo parceiro chinês. Este, por sua vez, pôde melhorar a qualidade e o processo de produção dos produtos, e explorar o mercado brasileiro através da Intelbras.

* * *

Viu-se que as relações bilaterais sino-brasileiras podem representar, por um lado, efeitos desafiadores às indústrias e às exportações brasileiras e, por outro, pontos de conjugação de interesses. Como exemplo, tem-se a tendência à estabilização, ou mesmo declínio, no preço das principais commodities brasileiras exportadas para a China, que na década passada sofreram uma alta considerável. Além disso, a China vem aumentando suas exportações de produtos industrializados para os principais parceiros comerciais do Brasil, enquanto este último diminuiu suas exportações destes bens para o mundo, e para a própria China.

Porém, a China não representa somente “ameaça” ou “desafio” à competitividade da indústria brasileira. Pode significar, também, uma oportunidade, desde que as relações bilaterais estabelecidas reflitam interdependência entre as partes. Indubitavelmente se trata de uma única experiência, mas o que se observou no caso da Intelbras sugere que é possível extrair benefícios da crescente presença chinesa na América Latina e no Brasil. Para o lado brasileiro, ocorre transferência parcial de tecnologia, com as equipes de P&D trabalhando em conjunto, e parte do valor agregado é mantido no país. Já para o lado chinês, as vantagens não parecem limitar-se a questões quantitativas ou financeiras, sendo também percebidas no que tange ao aperfeiçoamento do produto e do processo produtivo do parceiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sino-brasileiras se intensificaram a partir de 1990, tanto política quanto comercialmente. Em 1993, uma Parceria Estratégica foi firmada entre as partes, visando a cooperação em diversos campos. No âmbito comercial, a alta na demanda chinesa por recursos alimentares e energéticos, como consequência do crescimento de sua malha urbana e industrial, refletiu-se na alta dos preços das commodities e impulsionou as exportações brasileiras de produtos primários. Esta aproximação com a China também tem sido benéfica em relação ao aporte de capital chinês direcionado ao Brasil.

No entanto, é perceptível que a ascensão chinesa impõe a definição de estratégias mais claras, por parte do Brasil, para que se maximizem os ganhos advindos das relações bilaterais. A partir dos dados apresentados neste trabalho, viu-se que as pautas exportadoras têm se tornado cada vez mais assimétricas, com a China exportando manufaturados e produtos de alto valor agregado ao Brasil, enquanto este exporta *commodities*. Além disso, a alta dependência das exportações para a China, sobretudo de produtos primários, poderá causar distorções macroeconômicas, desemprego e problemas ambientais.

Viu-se, também, que a China tem conquistado parcelas de mercado nos Estados Unidos e na América Latina, apresentando-se como forte concorrente para as exportações de manufaturados brasileiros. As exportações brasileiras de produtos manufaturados para os Estados Unidos, e para a própria China, vêm decaindo nos últimos anos. Não obstante o fato de essa mesma tendência não se registrar com a mesma intensidade na América do Sul, vê-se que o crescimento das exportações chinesas para a região foi muito superior ao brasileiro.

Quanto aos investimentos chineses no Brasil, seu perfil tem caráter basicamente exploratório e “resource-seeking”. Mas parte importante também se à busca por mercado, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. De qualquer forma, as empresas chinesas – que se estabelecem por aquisições e fusões, ou por *joint-ventures* - representam grande ameaça às indústrias brasileiras, em termos de competitividade. Na mão inversa, o IDE brasileiro direcionado à China tem sido irrisório, em parte devido ao protecionismo chinês, em parte devido à dificuldade de as empresas brasileiras se internacionalizarem.

O estudo de caso acerca das atividades internacionais da empresa brasileira Intelbras SA pôde mostrar um exemplo de relação positiva e promissora com a China, através de iniciativas privadas de agentes econômicos em ambos os países. As equipes de P&D da Intelbras e dos seus parceiros chineses atuam em conjunto para adaptar os produtos chineses

ao mercado brasileiro. Além disso, a equipe de qualidade da Intelbras atua, em alguns casos, para melhorar os processos produtivos e a qualidade dos produtos do parceiro chinês. Assim, ao mesmo tempo em que constitui em fonte de receita para empresas chinesas, a Intelbras recebe expertise e *Know How* destas, e evita que atuem diretamente no Brasil, posicionando-se como intermediária entre a China e os mercados brasileiros e latinos.

As oportunidades inerentes às relações com a China poderiam ser mais aproveitadas pelo Brasil. Hoje, existem atuações empresariais isoladas, como a da Intelbras, que poderiam ser mais incentivadas pelo governo, através, por exemplo, da criação de mais institutos de pesquisa e disseminação de conhecimento sobre a China, e do estreitamento de laços institucionais para a exportação de bens de maior valor agregado para a China. O mercado consumidor chinês é grande, e potencialmente é enorme, sobretudo com a ascensão de muitos habitantes de diferentes regiões à condição de classe média.

A demanda chinesa por energias sustentáveis seria um bom campo, *a priori*, para ser explorado pelo Brasil. Para além do etanol, tem-se o exemplo do sistema “Smart Grid”, que consiste em um software centralizado e inteligente, ligado a todos os dispositivos isolados de geração de energia da matriz energética. O medidor inteligente controla o nível de energia, mantendo-o no mínimo necessário, e reconhece quando algum dispositivo não está funcionando corretamente. Com isso, gera menor emissão de gás carbônico. A Siemens adquiriu, recentemente, uma companhia brasileira focada neste tipo de tecnologia.

Não se pode culpar a China pelo peso da assimetria nas pautas exportadoras, nem pela perda de mercados brasileiros. São fatos que se devem, em grande parte, à falta de estratégias políticas e econômicas do Brasil: é mister que o país defina o que deseja, e quais as prioridades, das relações bilaterais com a China. Não se trata da simples dicotomia agricultura-indústria, mas sim de políticas que incentivem ambas as atividades, e igualmente do controle nacional das atividades exportadoras, do alcance dos encadeamentos inter-setoriais e do papel do estado na repartição do excedente.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, L. et al. **As Relações Bilaterais Brasil – China: A ascensão da China no Sistema Mundial e os desafios para o Brasil.** Brasília: IPEA, 2011.

AGÊNCIA REUTERS. **China vai reduzir consumo de carvão para combater poluição.** Em: Revista Exame. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/china-vai-reduzir-consumo-de-carvao-para-combater-poluicao>. Acesso em: 22 Mai. 2014.

AGUIAR, Anelize. **Aplicação de medidas antidumping a produtos chineses.** International Centre for Trade and Development: Volume 3, Número 6, Dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/aplica%C3%A7%C3%A3o-de-medidas-antidumping-a-produtos-chineses>

APICS. Dictionary. Disponível em: <http://www.apics.org/dictionary/dictionary-information?ID=4202>

AZEVEDO, César. **A República Popular da China e a República Federativa do Brasil.** Em : A emergência da China e suas relações com a América Latina e África, Seminário América Latina: Temas da Agenda do século XXI. Centro de Estudos de Relações Internacionais; Observatório de Fenômenos Transnacionais nas Américas (CERI-OFTA), 2011.

PUGA, Fernando; NASCIMENTO, Marcelo. **O efeito China sobre as importações brasileiras.** BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – BNDES, No. 89, 20 dez. 2010. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_89.pdf

BARBOSA, A. **China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho.** In: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L. (Org.). *A China na Nova Configuração Global: impactos*

políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.

BAUMANN, R. **Some Recent Features of Brazil-China Economic Relations**. CEPAL, 2009.

BIATO JÚNIOR, Oswaldo. **A parceira estratégico sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993 – 2006)**. Fundação Alexandre Gusmão: Brasília, 2010.

BUENO, André. **O Novo Confucionismo**. Revista Filosofia, volume 68. Disponível em: <http://www.revistafilosofia.com.br/ESFI/Edicoes/68/artigo253215-4.asp> . Acesso em: 15 Mai. 2014.

CABRAL, S. **O Diálogo Brasil-China: Perspectivas para o Século XXI**. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/china/11.rtf> . Acesso em: 13 Jun. 2014.

CAMEX. **Resolução Nº 80, de 3 de Outubro de 2013**. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/legislacao/interna/id/1127> . Acesso em 05 Mai. 2014.

CHANG, L.; BOHRER, C. P. **A presença da China na América do Sul: características, impactos e perspectivas**. International Centre for Trade and Sustainable Development. Volume 6, No. 3, setembro de 2010.

CHINA LABOUR BULLETIN. **Wages in China**. 10 Junho de 2013. Disponível em: <http://www.clb.org.hk/en/content/wages-china>

FIORI, J. L. C.; MEDEIROS, C. A. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001

FRISCHTAK, Cláudio, et al. **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012**. Conselho Empresarial Brasil-China – CEBC. Junho de 2013. Disponível em: http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_2007-2012_-_digital_1.pdf . Acesso em: 12 Jun. 2014.

GALLAGHER, K. **China and the Future of Latin American Industrialization**. The Frederick S. Pardee Center for the Study of the Long-Range Future. Volume 18, Outubro de 2010.

GUIMARÃES, Alexandre. **A Economia Política do Modelo Econômico Chinês: o Estado, o Mercado e os Principais Desafios**. Revista de Sociologia e Política, volume 20, número 44, p. 103-120. Curitiba, 2012.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2013.

ITAMARATY. **Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/15/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da>

ITAMARATY. **Atos assinados por ocasião da reunião da Presidenta da República, Dilma Rousseff, com o Primeiro-Ministro da República Popular da China, Wen Jiabao – Rio de Janeiro, 21 de junho de 2012**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-reuniao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-com-o-primeiro-ministro-da-republica-popular-da-china-wen-jiabao-2013-rio-de-janeiro-21-de-junho-de-2012>

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **IMF Primary Commodity Prices**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx> . Acesso em: 05 de Mai. 2014.

LINS, Hoyêdo N. **Integração Internacional e Fragmentação Interna: A China em Perspectiva**. Pesquisa & Debate, SP, volume 19, número 1 (33) pp. 45-63, an.-jun. 2008.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Reforma da Governança Mundial: Reforma e Ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Balanço de Política Externa 2003/2010. MRE Website. 18 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.1.2-reforma-da-governanca-global-reforma-do-conselho-de-seguranca/view>

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. **Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil**. In Fiori, J. & Medeiros, C. (orgs.) Polarização Mundial e Crescimento, [seções I,II e III]. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEDEIROS, C. **A globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina**. In: TAVARES, M; FIORI, J. L. C. (Org.) Poder e Dinheiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MELLO, J.M. Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. The MIT Press: Cambridge, Massachusetts, 2007.

NICHOLAS DE OLIVEIRA. Mensagem recebida em <camila.tirolli@intelbras.com.br>. Sexta-feira, 7 de março de 2014, 23:42. Entrevista concedida por e-mail à Camila Fadel Tirolli.

OLIVEIRA, Henrique. **Brasil-China: 30 anos de uma Parceria Estratégica**. Revista Brasileira de Política. Volume 47, número 1, p. 7-30, 2004.

PAGE, J. **The East Asian Miracle: Four Lessons for Development Policy**. In: NBER Macroeconomics Annual 1994, Volume 9. National Bureau of Economic Research, World Bank, 1994.

PALMA, G. **Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina**. In: FIORI, J. L. (Org.). O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

PEREIRA, C; NEVES, J. **Brazil and China: South-south partnership or north-south competition?** Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI, Volume 2, Ano VI, 2011.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1996

PRESBICH. R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Naciones Unidas, CEPAL. Disponível em: http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf

REDE LATINO AMERICANA DE PESQUISAS EM EMPRESAS MULTINACIONAIS - REDLAT. **As Relações Econômicas e Geopolíticas entre a China e a América Latina: Aliança Estratégica ou Interdependência Assimétrica?** Publicação Especial. Disponível em:

http://www.observatoriosocial.org.br/site/sites/default/files/redlat_china_americalatina.pdf.

Acesso em: 05 Abr. 2014.

RENEWABLE FUELS ASSOCIATION (RFA). **World Fuel Ethanol Production**. 2012. Disponível em: <http://ethanolrfa.org/pages/World-Fuel-Ethanol-Production>

SUFRAMA. **Incentivos**. Acesso em 29/05/2014. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_incentivos.cfm.

THORSTENSEN, V. **Brasil E China: de Conflitos de Interesses à Busca De Uma Agenda Comum**. Em: Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: desafios e oportunidades. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2011.

THE ECONOMIST. **Building the Dream**. Disponível em: <http://www.economist.com/news/special-report/21600797-2030-chinese-cities-will-be-home-about-1-billion-people-getting-urban-china-work>. Acesso em: 02 Jun. 2014.

THE ECONOMIST. **Life after the Commodity Boom**. Disponível em: <http://www.economist.com/news/americas/21599782-instead-crises-past-mediocre-growth-big-riskunless-productivity-rises-life> . Acesso em: 01 Mar. 2014.

TIMES HIGHER EDUCATION. **World University Rankings**, 2013-2014. Disponível em: <http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2013-14/world-ranking>

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **World Investment Report. Global Value Chains: Investment and Trade for Development**. United Nations: New York and Geneva, 2013. Disponível em: http://unctad.org/fr/PublicationsLibrary/wir2013_en.pdf. Acesso em: 03 Jun. 2014.

VILLELA, Eduardo. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. PUC, São Paulo, 2004.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

Anexo 1: Tabela das importações brasileiras da China, e exportações brasileiras para a China - 1994 a 2013

Período	Fluxo Comercial	País	Parceiro	Produtos	Total
1994	Exportações	Brasil	China	Todos	\$822 407 488,00
1994	Importações	Brasil	China	Todos	\$196 790 672,00
1995	Exportações	Brasil	China	Todos	\$1 203 741 184,00
1995	Importações	Brasil	China	Todos	\$417 913 152,00
1996	Exportações	Brasil	China	Todos	\$1 113 813 632,00
1996	Importações	Brasil	China	Todos	\$1 252 020 608,00
1997	Exportações	Brasil	China	Todos	\$1 088 200 576,00
1997	Importações	Brasil	China	Todos	\$1 316 815 104,00
1998	Exportações	Brasil	China	Todos	\$904 859 904,00
1998	Importações	Brasil	China	Todos	\$1 133 868 672,00
1999	Exportações	Brasil	China	Todos	\$676 129 026,00
1999	Importações	Brasil	China	Todos	\$942 936 091,00
2000	Exportações	Brasil	China	Todos	\$1 085 301 597,00
2000	Importações	Brasil	China	Todos	\$1 222 098 317,00
2001	Exportações	Brasil	China	Todos	\$1 902 122 203,00
2001	Importações	Brasil	China	Todos	\$1 328 389 311,00
2002	Exportações	Brasil	China	Todos	\$2 520 978 671,00
2002	Importações	Brasil	China	Todos	\$1 553 993 640,00
2003	Exportações	Brasil	China	Todos	\$4 533 363 162,00
2003	Importações	Brasil	China	Todos	\$2 147 799 004,00
2004	Exportações	Brasil	China	Todos	\$5 441 745 722,00
2004	Importações	Brasil	China	Todos	\$3 710 477 153,00
2005	Exportações	Brasil	China	Todos	\$6 834 996 980,00
2005	Importações	Brasil	China	Todos	\$5 354 519 158,00
2006	Exportações	Brasil	China	Todos	\$8 402 368 827,00
2006	Importações	Brasil	China	Todos	\$7 989 343 057,00
2007	Exportações	Brasil	China	Todos	\$10 748 813 792,00
2007	Importações	Brasil	China	Todos	\$12 617 754 515,00
2008	Exportações	Brasil	China	Todos	\$16 403 038 989,00
2008	Importações	Brasil	China	Todos	\$20 040 022 368,00
2009	Exportações	Brasil	China	Todos	\$20 190 831 368,00
2009	Importações	Brasil	China	Todos	\$15 911 144 513,00
2010	Exportações	Brasil	China	Todos	\$30 752 355 631,00
2010	Importações	Brasil	China	Todos	\$25 535 684 189,00
2011	Exportações	Brasil	China	Todos	\$44 314 595 336,00
2011	Importações	Brasil	China	Todos	\$32 788 424 507,00
2012	Exportações	Brasil	China	Todos	\$41 227 540 253,00

2012	Importações	Brasil	China	Todos	\$34 248 497 709,00
2013	Exportações	Brasil	China	Todos	\$46 026 153 046,00
2013	Importações	Brasil	China	Todos	\$37 302 150 042,00

Fonte: *United Nations Comtrade Database*. Elaboração da autora.

Anexo 2: Tabela das famílias de NCMs consideradas como produtos industrializados neste trabalho

FAMÍLIA	DESCRIÇÃO
84	REATORES NUCLEARES, MAQUINÁRIO
85	MÁQUINAS ELÉTRICAS, GRAVADORES E REPRODUTORES DE IMAGEM E VÍDEO E SEUS ACESSÓRIOS
86	FERROVIAS, LOCOMOTIVAS DE TREM E EQUIPAMENTOS
87	VEÍCULOS QUE NÃO O TREM, E SEUS ACESSÓRIOS
88	AERONAVES E ESPAÇONAVES, E SUAS PARTES
89	NAVIOS, BARCOS E OUTRAS ESTRUTURAS FLUTUANTES
90	APARATO FOTOGRÁFICO, ÓTICO, MEDICINAL, DENTRE OUTROS
91	RELÓGIOS E SUAS PARTES
92	INSTRUMENTO MUSICAIS E SUAS PARTES
93	ARMAS E MUNIÇÃO, E SEUS ACESSÓRIOS
94	MÓVEIS, ILUMINADORES E LUZES, DENTRE OUTROS
95	BRINQUEDOS, JOGOS, ARTIGOS ESPORTIVOS

Elaboração da autora.